



**ATA N.º 08/XII-1º/2017-18**

**1** - Aos 27 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, em Cacilhas, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da Proposta de Revisão do Regimento;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta de Constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal para o mandato de 2017-2021;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;

3.4 – Proposta da Câmara Municipal relativa à regularização dos trabalhadores precários no município.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS) solicitando a substituição por ausência nos dias 27 e 28 de fevereiro e da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Luís Casanova Albuquerque (PSD) solicitando a substituição por ausência no dia 27 de fevereiro.

**4.2**- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS) e Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

**4.3** - O Sr. Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião de 27 de fevereiro, sendo substituído pela eleita Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett.

**4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.5**- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores Deputados Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Presidente informou que:

**4.5.1.** O requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a Iluminação no Terminal Rodoviário e Fluvial de Cacilhas, obteve resposta da Câmara Municipal em 22/02/2018, estando disponível na página eletrónica da Assembleia Municipal.

**4.5.2.** Foram apresentados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD), e enviados para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, os seguintes requerimentos, de que ainda se aguarda resposta da Câmara:

- Listagem do amianto em edifícios, instalações e equipamentos municipais;
- Inventário de bens do município de Almada;
- Cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas.

**4.5.3.** Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU) um requerimento sobre a instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro, Charneca de Caparica, Caparica e Trafaria, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 14/2/2017, de que ainda se aguarda resposta.

**4.5.4.** Foi apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sandra Branco Duarte de Jesus Moço (PAN) um requerimento sobre o processo de licenciamento de instalação e funcionamento do Circo Hugo Cardinali e autorização de deslocação do mesmo, enviado para a Câmara Municipal de Almada em 20/2/2017, de que ainda se aguarda resposta.



**4.6** - Referiu ainda o Sr. Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos Senhores Deputados Municipais.

**4.7** – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 6/XII-1.º/2017-18 e 7/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal. Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 6/XII-1.º/2017-18 e 7/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os Srs. Munícipes Rui Oliveira, José Martins Dias Lagos, Rodrigo N. Biscaya, Alexandre Correia, João Rocha, Mário António Paris Inocêncio e José Luís da Silva.

**5.1.1** – O Senhor Munícipe Rui Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O meu nome é Rui Oliveira, e venho aqui com uma situação, que é a acessibilidade para deficientes. Penso que, ao longo destes quarenta anos de democracia, a autarquia tem-se esquecido um pouco de nós. E começo por pensar numa coisa que se chama Costa da Caparica, uma praia acessível para pessoas com deficiência. Todos temos o direito, porque todos pagamos impostos. Eu pago os meus impostos e como tal tenho o direito de ter uma praia, em que eu possa chegar, estar sossegado, e quando necessitar de ir ao banho, ter alguém que me possa ajudar a ir à praia, tal e qual como existe noutras praias do país.

Para além das praias, eu falo em sinais sonoros. Esses sinais que estão agregados aos sinais luminosos. A Cova da Piedade, não tem sinais sonoros. Cada vez que eu atravesso a estrada, vejo que tenho a minha vida em perigo. Para além de os passeios, na freguesia onde eu moro, estarem uma vergonha. Porque, são mais os carros que estão estacionados em cima dos passeios, do que as pessoas que andam lá. Porque não há nada que lhes diga que não podem estar ali. Porque no dia em que as multas, seja da ECALMA, seja da Guarda da Fiscalização, da Polícia Fiscal ou da Polícia Municipal, quando isso acontecer, eles deixam de lá pôr os carros com certeza absoluta, se os carros foram logo rebocados.

Ao pé da minha casa, que é o largo Antero de Quental, há uma paragem de autocarro, em que, se devem ter esquecido de lá meter as passadeiras. As pessoas têm que atravessar a estrada, colocar as suas vidas em risco, porque não há passadeiras para aquela paragem, para além de aquilo estar numa descida, que se a pessoa se esquece ainda vai parar ao outro lado.

Na praça de Ceuta, junto à Capela, ao pé da Escola Primária, ao pé do Jardim de Infância Padre Ricardo, a minha velhota mora aí, tem oitenta e oito anos, como ela, existe muita gente. Eu vou lá muitas vezes, fico



em casa dela muitas vezes, e o que é que acontece? São carros em cima do passeio. E crianças, pais com crianças que vão para a escola, pais com crianças que vão para a Creche, e os velhotes e os deficientes, têm que ir para a estrada porque os carros estão em cima do passeio. Arranjem formas de isto acabar. As estradas é que são para os carros, os passeios são para as pessoas.

Todos nós pagamos impostos, eu pago o meu IMI que não é tão pouco como isso. Não é tão pouco como isso”.

**5.1.2 – O Senhor Munícipe José Martins Dias Lagos:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu começaria nesta primeira intervenção que eu tenho aqui, uma citação, aliás, duas citações que dizem respeito pura e simplesmente, penso eu, uma será a Câmara Municipal de Almada, outra será à Junta de Freguesia da Caparica.

Para começar, eu moro na em Vila Nova da Caparica, na Estrada nacional 10/1, e está por conhecimento anterior, de démarches que fizemos à Guarda Nacional Republicana, Câmara Municipal de Almada, e até hoje ninguém fez nada. Não sei se estão à espera que venha o verão e que haja um incêndio.

O que se passa é o seguinte: há uma Quinta na Estrada Nacional 10/1, entre a Sociedade da Vila Nova e os caixotes do lixo, que está completamente tapada com um pinheiro, a casa, e lá para dentro nem vale a pena falar. Eu sou obrigado por vezes, a ter que andar a matar diversos e determinados bichos para não me entrarem dentro de casa, como cobras e outras coisas. Portanto, eu peço, eu julgo que seja da parte do fórum da Câmara Municipal de Almada, que alguém ponha termo a esta situação, visto que há trinta anos que aquilo está assim.

A segunda intervenção que eu tenho, diz respeito à praça do Monte de Caparica, nomeadamente, à parte dos feirantes. Ora, é o seguinte: eu vejo que não há disciplina nenhuma de quem por vezes está a vender, e eu tenho notado isso por diversas razões. Vou à praça de Corroios, vê-se que todas as pessoas que vendem, metem o lixo nos caixotes do lixo, ninguém põe o lixo de fora, porque senão no outro dia não entram. No Mercado do Monte de Caparica, aliás, na parte da feira, verifica-se, que quando acaba a feira, são montes, e montes e montes caixotes do lixo. Aliás, lixo, não são caixotes do lixo. Portanto, alguém tem que pôr disciplina nas pessoas que fazem isto.

De seguida, iremos para a Costa da Caparica. Ora, na Costa da Caparica, eu quero desde já, felicitar o Senhor Presidente José Ricardo, da Junta de Freguesia, porque de facto, ele ao longo do tempo que lá esteve, com pouco, fez muito. Mas, há que fazer um pouco mais. A senhora Presidente da Câmara, está a olhar para mim, de certeza que se lembra disto. Isto vai custar um bocado Zé, mas tem que ser, é para bem de todos.



71

A praça da Costa da Caparica, tem exatamente uma das coisas que o orador que esteve antes, frisou. Carros estacionados, a ECALMA não vê, a Guarda Nacional Republicana, não vê, não sei se a Junta vê. Alguns até estão a fazer de lugar, puxa-se à frente, puxa-se atrás, puxa-se à frente, para guardar o lugar. Portanto, essa é uma das prioridades que tem que ser feita, porque se ali há um incêndio é um problema. Depois, vamos a um outro problema ainda pior. A Senhora Presidente da Câmara, de certeza que eu lhe disse isto, uma vez na Costa da Caparica. Olhe para a entrada da Praça, está tapada com um toldo de pessoa que está a usufruir de um lugar ao lado, e que tapa a entrada da Praça. É inacreditável como é que neste tempo isso ainda suceda. E, depois, sucede uma coisa, que é muito gira. Quando é à segunda-feira, a entrada da Praça está toda tapada com flores, quando é aos outros dias, a entrada da Praça só tem um corredor, que eu não sei como é que muito deficientes podem lá passar, eu não sei como. Portanto, isto penso eu, que será da parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

Outra das coisas que gostaria que a Senhora Presidente, e os restantes membros, olhassem um pouco mais para a Costa da Caparica, porque tem sido tão prejudicada. Rua dos Pescadores. Entra-se na rua dos Pescadores, além do piso que está inacreditável, e cheio de buracos. Uma dessas coisas é a organização, ou desorganização que há na rua dos Pescadores, é uma gaveta para cada lado.

Depois, eu gostaria, se fosse possível, que o Senhor Presidente da Junta, e a Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Junta, conhece um pouco melhor do que eu, que um dia fossem homenageados os Pescadores da Costa da Caparica, aqueles que já cá não vivem, e aqueles que cá estão, bem como, e por último, duas pessoas que fizeram algo na Costa da Caparica, que era os Senhores José Carlos e Agostinho Alves. Os homens que alegravam, que tocavam saxofone, que tocavam outros instrumentos, e que alegravam as pessoas”.

### **5.1.3 – O Senhor Munícipe Rodrigo Biscaya:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Estou aqui mais uma vez, para lembrar a situação que se passa na Costa da Caparica, na Catarina Eufémia, Manuel Agro Ferreira, e Mestre Romualdo. Vimos mais uma vez, pedir encarecidamente, para sermos recebidos pela Senhora Presidente com caráter de urgência, devido ao processo ter evoluído positivamente num sentido, negativamente noutra sentido, e com um certo desconhecimento do futuro, para as cem pessoas que residem naquela zona. Sabemos perfeitamente quem é o outro lado. Tem as características absolutas de predador neste setor, chama-se acácia. Depois de termos desfolhado as várias empresas, conseguimos chegar realmente ao núcleo, que é uma empresa com características determinadas, com ações em vários países na Europa, e com aquelas características das empresas com bastante capital, que chega, que a primeira coisa que tentam fazer, é comprar as entidades, com o



pseudoprojecto de superluxo e cheio de situações, que é o que eles estão a apresentar. Aparecem como inovadores, os descobridores da pólvora, e temos aqui um projeto único, e isto tudo baseado depois no restante, que é para limpeza do pessoal que está lá há quarenta e não sei quantos anos, sem quererem saber se têm problemas disto ou daquilo. Lógico que vão falar imediatamente em indemnizações, só que essas indemnizações são relativas. E, nestas circunstâncias, mais uma vez, venho pedir encarecidamente, necessitamos orientação, muita orientação. Necessitamos de apoio, nós já fizemos o nosso caminho, nós temos feito o nosso caminho, mas nesta altura, necessitamos de apoio, orientação”.

**5.1.4 – O Senhor Munícipe Alexandre Correia:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Depois de assistir ao debate das Grandes Opções do Plano, e do Orçamento Municipal, várias são as questões que ficam por abordar, pelo menos no meu entender, sobre dois temas que me dizem muito. As pessoas em situação de sem abrigo e outras vulnerabilidades sociais, e as pessoas portadoras de deficiência.

Quanto às pessoas em situação de sem abrigo, o Executivo sabe exatamente qual é o número atual de pessoas em situação de sem abrigo em Almada?

Segundo um documento que eu vi no site do Nuno Pisa, eles são duzentos e seis. Um número que a Câmara anterior, se recusava a divulgar. Quais é que serão as vossas políticas, por exemplo, em relação a situações como a que estamos a passar neste momento, em que estamos com uma tempestade muito forte, e há pessoas que nem sequer têm sítio para guardar as suas mantas, os seus poucos haveres.

Outra situação, é em relação às pessoas portadoras de deficiência, gostaria de saber quantas é que são no Município, segundo as minhas informações de 2001, quando foram os últimos censos, eram dez mil e qualquer coisa, não tenho exatamente o número, não me lembro exatamente o número. E queria saber quais são as vossas políticas em relação à vida independente e em relação ao desporto adaptado”.

**5.1.5 – O Senhor Munícipe João Rocha:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Recentemente foi divulgado pelo Ministério da Educação o rating das escolas do ensino público e privado, do ano de 2016/2017, sendo a escola secundária Daniel Sampaio, sediada na área de jurisdição da Junta de Freguesia da Sobreda, considerada a escola, com maior desempenho escolar dos alunos, em todo o concelho de Almada; a dedicação destes alunos, deve ser elogiada por todos os Sobredenses.

Contudo, há um provérbio que os marinheiros costumam dizer muitas vezes "nem todo o mar é rosas". Mas aqui não existe mar nem rosas, existe sim, o sacrifício por parte dos alunos residentes na Sobreda, porque diariamente, alguns deles quando se deslocam, para essa dita escola, passam pela Quinta da



Adega, sendo obrigados atravessar a Vala da Sobreira, através de um taipal de ferro, com cerca de quatro metros de comprimento, colocado sobre a Vala defrente desta Quinta, tornando-se assim, bastante perigoso para qualquer cidadão, devido a esta criar um nível de água bastante elevado muito repentinamente.

Relativamente à fatura da água, emitida mensalmente pelos SMAS de Almada, consta um imposto encapotado, relacionado com o "saneamento de águas residuais", mas este, só tem como destinatários os moradores em áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI), passo a discriminá-lo: o seu valor não é fixo, mas sim mediante o consumo de água mensal que ronda anualmente cerca de 150 (cento e cinquenta) euros, a cada residente em AUGI. Como recompensa aos visados, oferecem duas limpezas anuais da fossa e de águas residuais, através de uma empresa privada. Costuma-se dizer dou com uma mão, mas retiro com a outra, como acontece nesta situação, qualquer empresa faria este tipo de trabalho, por cerca de setenta a oitenta euros, a cada residente em AUGI, esta diferença de valores cobrados/gastos, é o valor do imposto já mencionado que será de cerca oitenta euros anuais.

Não podia terminar esta missiva, sem elogiar o Presidente da União de Juntas da Charneca de Caparica/Sobreira, Senhor Pedro Matias, pela criação de uma comissão para prestar apoio às "comissões das AUGI", sediadas nesta União de Juntas, algo que nunca aconteceu por parte dos eleitos cessantes que estiveram quase meio século à frente dos destinos deste concelho".

#### **5.1.6 – O Senhor Município Mário António Inocêncio:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A minha questão é mais sobre a requalificação do Ginjal, principalmente relativamente ao Ponto de Encontro. Eu faço parte de um coletivo informal de jovens. Já no ano passado houve vários eventos lá, e quando nos foi apresentado o projeto de requalificação, um dos objetivos das missões era oferecer novos espaços de arte, cultura, lazer para os jovens. No entanto, um dos objetivos, um dos pontos, é abater, demolir o Ponto de Encontro, também um Centro Paroquial que está ao lado. A minha questão é se será mesmo necessária essa demolição? Se sim, é para quando? Para termos uma noção do espaço temporal, enquanto ainda temos o Ponto de Encontro. Também para saber qual será o substituto, sendo demolido onde é que será a nova Casa da Juventude, aqui em Almada?

Também no Plano creio, apesar de não estar bem explícito, há vontade de se criar um substituto da Casa da Juventude, o Ponto de Encontro, não está claro em nada quando é que será, onde é que será.

Portanto, são estas as minhas preocupações, as minhas questões, minhas e também de muito pessoal não só que trabalhou comigo, pessoas que estiveram nos eventos, mas também de outras pessoas que têm de referência, o Ponto de Encontro, a Casa da Juventude. É um sitio que, salvo erro, desde o início dos anos oitenta existe, eu tenho referência de os meus primos mais velhos estarem lá, eu costumo



11

frequentar o sítio regularmente, tenho uma prima também, que tem ensaios lá, vai-se retirar isto, com que objetivo, com que propósito, porquê, e é mesmo esta questão que eu gostaria de ver esclarecida”.

**5.1.7 – O Senhor Munícipe José Luís da Silva:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Em novembro de 2017, a Assembleia Municipal, aprovou o parecer da Câmara Municipal contra a SOVENA OILSEEDS, que é a fabrica que labora no Rio Tejo, debaixo da Ponte 25 de Abril, que é a produtora de óleos alimentares, e de alimentação para animais, farinhas, e outros produtos para alimentação de animais. Nessa altura, a Câmara fez um trabalho bastante valioso, contra a renovação da licença ambiental, que tinha caducado em 2014.

Agora, esta empresa, a SOVENA, apresentou um novo projeto à Agência Portuguesa do Ambiente, para renovação da licença ambiental. Dizendo que houve alterações substanciais na fábrica, e que precisa de uma licença que aumente a produção da empresa.

Como é do conhecimento dos presentes, esta empresa continuadora da TAGOL no tratamento de sementes de girassol, soja, entre outros, para a produção de óleos alimentares, e farinhas para animais, tem emitido para a atmosfera odores e compostos poluentes, a toda a hora do dia e da noite.

Em consequência da laboração da fábrica, em Palença, a população próxima, que é a população do Bairro do Matadouro, do Plano Integrado de Almada – PIA, e de Cacilhas, Almada, Cova da Piedade, Monte de Caparica e Trafaria, são atingidos pela poluição da SOVENA/TAGOL.

Não somos pelo encerramento da fábrica, nem contra a fábrica. O que nós exigimos, é que a empresa capture todos os odores, todas as poeiras e elementos e compostos poluentes, que devido ao gás, natural à fabricação de gasóleo que produzem, todos estes elementos produzem poluição que durante todo o ano com exceção de três semanas que a fábrica encerra para manutenção e limpeza, portanto, Almada é invadida de noite e de dia, conforme o vento, Almada é invadida por estes poluentes.

Portanto, eu queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, a quem nós dirigimos uma petição para sermos recebidos pelos Grupos Parlamentares. Aqueles que ainda não nos deram resposta, agradecemos que dessem, e queremos agradecer à CDU e ao Bloco de Esquerda, que já nos receberam e que nos apoiam.

Queria pedir ao Senhor Vereador Nuno Matias que nos desse aqui uma palavra de esperança, sobre este assunto, porque nós temos que deixar para o futuro, um ambiente melhor do que aquele que temos agora. Esta poluição da SOVENA, afeta principalmente crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas. Portanto, temos que trabalhar para que a empresa tenha boas práticas, hoje há tecnologia, que pode combater toda esta poluição.

Há um problema que se levanta aqui, a Agência Portuguesa do Ambiente, diz que não há uma lei a nível nacional e a nível europeu sobre odores. Eu chamo atenção dos Partidos aqui presentes, que isto é um





assunto que tem que ser estudado, e que a Assembleia da República, e o Parlamento Europeu, têm que trabalhar numa lei neste sentido”.

**5.1.8 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhor Município:

Informar o Senhor Município, provavelmente saberá, que no dia dois está agendada uma reunião minha com os moradores, e que também, em princípio, na sessão de hoje, será constituída a Comissão Permanente do Ambiente, que depois receberá o expediente relacionado com a vossa situação, para poder aprofundar a matéria, e acompanhar em nome da Assembleia Municipal”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ainda:

“Senhores Deputados Municipais:

Terminamos a parte da intervenção dos municípios neste ponto da ordem de trabalhos e antes de dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara gostava de vos chamar atenção para o seguinte: nós aqui há uns dias aprovamos uma moção proposta pelo PAN no sentido de se evitar a utilização de água engarrafada, pelo impacto ambiental que tem a utilização de recipientes descartáveis. Hoje já temos outra solução, que é uma solução que não implica a utilização de recipientes descartáveis. Agradecer aos SMAS a colaboração que nos deram para atingir este desiderato, ainda que este desidrato tenha tido uma consequência perversa (um copo com água entornou-se na mesa da Senhora Presidente da Câmara), mas estes acidentes de percurso, não prejudicam as grandes causas”.

**5.2 -** Em resposta aos Senhores Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador Nuno Matias, assim como os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes (BE) e José Ricardo Martins (PS), Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

**5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Obrigada por estarem presentes mais uma vez, nesta Assembleia Municipal, cumprimento-vos a todos. Quero começar por dizer, que todos nós nos congratulamos com a proposta do PAN, e houve aqui um pequeno batismo, foi o batismo inaugural.

Respondendo rapidamente às questões colocadas pelos Senhores Municípios, que muito agradeço. Algumas das minhas notas apagaram-se, mas eu vou tentar decifrá-las.

Senhor Município Rui Oliveira, quero só dizer que, como já foi dito, a questão da acessibilidade de Almada como um concelho inclusivo, é para nós uma prioridade. Estávamos a iniciar os trabalhos justamente para essa averiguação, quando nos apercebemos que a Câmara de Almada já tinha feito, e já tinha encomendado, e bem, um plano municipal para a acessibilidade, que está concluído há cerca de cinco,



seis anos, mas que ainda nunca tinha sido oficialmente apresentado. E, portanto, neste momento já está agendada a sua apresentação, já estamos em contacto, inclusivamente, com os trabalhadores que na altura, acompanharam a elaboração deste plano, para poder ser apreciado, ver se há adaptações a fazer, porque, entretanto, o tempo passou. Mas foi para nós uma alegria, confesso, saber que muito do trabalho já estava feito. Lamentamos que não tenha tido evoluções nos últimos anos, mas quero só dar aqui esta nota, que está neste momento em apreciação, vai ser apresentado oficialmente, para podermos começar já a trabalhar nesse sentido, e a trabalhar inclusivamente, em obras que têm que ser feitas, não só ao nível da via pública, mas também a garantia dos acessos aos espaços públicos. Portanto, penso que muito mais cedo do que nós prevíamos, vamos poder começar a ter resultados e ações concretas no terreno, é algo que nos alegra muito.

Relativamente ao Senhor José Dias, sim, claro que me lembro de si. Quero só dizer que relativamente à rua dos Pescadores, já foi elaborado um estudo prévio para a realização da rua dos Pescadores, também já vinha de trás, e que ainda no mandato anterior, foi apresentado um estudo publicamente, e recolhidos contributos, e que levaram a pequenas alterações. E, portanto, neste momento, estamos justamente a repegar nesse estudo prévio, para tão depressa quanto possível, podermos lançar a reabilitação da rua dos Pescadores, tal como prometido, e disso lembro-me bem.

Para além disso, também já estamos a fazer uma série de planos para a reabilitação de toda a entrada da Costa, e sim, é verdade, que a questão do mercado da Costa, é uma questão que deve ser ponderada. Mas, eu acho que aí necessitamos de uma ponderação em conjunto, obviamente com o Senhor Presidente da Junta, mas também, com os vendedores, os operadores, que estão no mercado, é evidente, que todos nós gostaríamos, que o mercado da Costa tivesse a dignidade e a centralidade, que na realidade tem, e que merece.

Senhor Rodrigo Biscaya, tem toda a razão, tem toda a razão, sei que tem estado em contacto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, a quem eu tenho pedido, de facto, informações. Pelo nosso lado, temos estado a ver, na Câmara ainda não nos surgiu nada relativamente ao novo promotor, mas aguardamos. De qualquer maneira, eu quero reafirmar aqui o compromisso que já assumi noutra Assembleia, é evidente, que a Câmara vos dará todo o apoio para a resolução desta questão da melhor forma, e todo o apoio possível, porque sabemos que isto é uma negociação entre uma empresa privada, e moradores privados, mas é evidente que a Câmara, e a Junta certamente vos daremos todo o apoio que será possível dar. Portanto, partilhamos convosco a preocupação do que está para vir. Portanto, quero deixar isto, e reafirmar isto de forma muito clara.

Senhor Alexandre Correia. Em parte, também já respondi, penso eu, de facto, também tem a ver com a questão do Plano Municipal para a acessibilidade. Não lhe sei dizer ao certo quantas pessoas com deficiência existem em Almada, não tenho esse número aqui comigo. Quero só dizer que a Câmara está,



11

neste momento a participar também no programa de apoio à vida independente, que também foi lançado pelo Governo. Ao nível do desporto escolar, penso que o Senhor Vereador quererá também dizer uma palavra, poderá eventualmente responder-lhe sobre essa questão.

Senhor João Rocha, quero esclarecer que, relativamente à Charneca e Sobreda, há uma candidatura feita. Nós na avaliação que fizemos das candidaturas que estavam em curso a Fundos Europeus, demos prioridade às candidaturas para os percursos escolares, para as crianças poderem ir à escola em segurança. Partilhamos absolutamente essa preocupação, eu neste momento, não lhe consigo dar a data exata de quando é que teremos a resposta dessa candidatura, que é para podermos avançar.

Portanto, é só para dizer que, justamente, há um programa previsto, uma candidatura feita, para termos também apoios, para podermos reabilitar essa questão dos percursos, e sobretudo das crianças, com vias alternativas, mas também bicicletas, mas o essencial é que seja em segurança, e longe dos carros.

Quero descansar o Senhor Mário Inocêncio, relativamente à Casa da Juventude e ao Centro Paroquial, naquele que é o Plano de Pormenor do Ginjal. Sim, por várias razões, esses dois edifícios, terão que ser demolidos, até porque, estão na beira da arriba, e estão em grande perigo de segurança. Portanto, mesmo sem o Plano de Pormenor do Ginjal, eles teriam que ser intervencionados.

Dito isso, e sabem, o Plano de Pormenor do Ginjal ainda está em exposição, embora, a consulta pública já tenha terminado. Dito isto, há um compromisso que já foi feito desde início, e que já vem anteriormente, o promotor, compromete-se a construir uma nova casa da juventude, que será basicamente no mesmo sítio, na mesma localização, por cima do que está previsto, o silo de carros por causa das questões do estacionamento. E o que falta é encontrar o espaço para o novo Centro Paroquial, mas também já está a ser resolvida essa questão, porque havia uma questão da cedência do terreno, de reversão para o Estado, isso já está. Agora, a nova Casa da Juventude, essa está garantida, e será basicamente no mesmo sítio.

Quero lembrar, que o que está em exposição, é o Plano de Pormenor, e ainda falta o contrato de urbanização, e, portanto, neste momento o que está exposto é a volumetria, é a densidade. Para além do mais, no plano também está previsto, que toda aquela primeira faixa de armazéns, seja reabilitada, e que seja aproveitada justamente, para espaços onde se possa conciliar residências, mas também, espaços para novas empresas, novas associações, espaços de trabalho também. Eu fiquei muito bem impressionada, surpreendida, com a qualidade do projeto, e justamente, com o equilíbrio, e o enriquecimento, que aquilo pode trazer àquela zona. É evidente que durante as obras, vai ser necessário prever uma solução, temos consciência disso, alternativa, onde possam funcionar. Mas, também quero dizer, que é justamente por aí que vão começar as obras. É por onde começa, mas espera-se que seja onde mais rapidamente se termine. Mas, esteja descansado, temos muito tempo para arranjar um espaço alternativo, para que as atividades possam continuar”.

**5.2.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**



JK

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu queria também só descansar o Senhor José Luís Silva, em relação à questão da SOVENA. É algo que não só a Assembleia Municipal, como referiu, e bem, em tempo, em 2016, tomou posição, que a Câmara está a acompanhar, e que está, neste momento, a ser preparado um parecer técnico pelo Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade, e que será ainda, durante o mês de março, apresentado para deliberação da Câmara, e onde, indo no seguimento das deliberações anteriores da Assembleia Municipal, em parte com o espírito que também está presente numa moção que, por acaso também vem hoje à Assembleia Municipal, a Autarquia, certamente, não vai deixar de, no seguimento até das suas preocupações, que disse e bem, como é obvio, estamos a falar de uma instalação industrial, que já existe há muitos anos, em Almada, que teve algum desenvolvimento da sua operação, e que fruto disso, e no âmbito da intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, está em curso um estudo de impacto ambiental. É propósito da Autarquia, e foi isso que eu também nalgum diálogo que estabeleci com os serviços, certamente no parecer técnico que irá ser submetido a Sessão de Câmara, vamos procurar ser uma consciência muito crítica, no sentido de serem criados procedimentos de mitigação, e de compensação ao Município, ao espaço público, e, como é obvio, à população vizinha, de forma a que se restabeleça e minimize, e se possível, resolva de vez, todos os inconvenientes das externalidades negativas, que apesar de não serem ilegalidades, na operação que ali decorre, não deixam de ser preocupantes para o meio ambiente, e também para a vizinhança, seja da população, seja de infraestruturas de elevado nível de utilidade pública, que carecem por isso, da nossa atenção, e que devem também merecer por isso, da parte da SOVENA, uma vez que estão em processo também de renovação da licença, que tenham em consideração um conjunto de princípios de mitigação e de compensação ao Município. E, portanto, vai nesse sentido, certamente, o parecer técnico que será apresentado em tempo oportuno, e que será submetido a Sessão de Câmara”.

**5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, não pode deixar de referir aqui algumas questões.

Em relação à matéria que o Senhor Munícipe João Rocha aqui trouxe, deixar apenas um reparo, o Munícipe pode agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca e Sobreda, pela Comissão de Acompanhamento das AUGI, e pode agradecer naturalmente, mas a proposta foi do Bloco de Esquerda em Assembleia de Freguesia, e é bom que não o esqueçamos.

Em relação à SOVENA. O Bloco de Esquerda, reuniu hoje com um grupo de cidadãos, e com a Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro, e não iremos, neste momento, tomar outra posição que não seja, a de ficarmos expectantes em relação ao que aí vem, até porque a nossa ideia seria sugerir hoje que, avançássemos para uma reunião com a SOVENA, para uma visita ao local, uma vez que até isso se afigura



bastante complicado. Assim sendo, não sei se será esse o entendimento de todas e de todos aqui, e vamos aguardar pelos desenvolvimentos vindos da parte do que o Senhor Vereador Nuno Matias acabou de referir.

Em relação ao que o Município Rodrigo Biscaya aqui veio dizer. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, não pode deixar de começar por estranhar, este assunto, não é a primeira vez que vem a esta Assembleia, e estranhamos, e lamentamos, que não tenha havido ainda, da parte do Executivo, qualquer démarche no sentido de reunir pelo menos com os habitantes daquelas ruas. São três ruas, é a rua D. Francisco Noronha, Catarina Eufémia e Mestre Romualdo. No dia vinte e nove de dezembro de 2017, foi publicado no site de uma empresa que se chama “Acacia Point Capital Advisors”, a seguinte notícia: Acacia Point Capital, compra vinte e oito propriedades na Costa da Caparica. Mais à frente, na própria notícia feita pela própria empresa, o pelo próprio fundo, está escrito que Acacia Point Capital, adquiriu um portefólio de casas residenciais na zona da praia da Costa da Caparica em Portugal, uma das praias mais populares de surf na zona da Grande Lisboa, as propriedades serão recuperadas para prédios de vários andares. Prédios residenciais e turísticos. Capitalizando o enorme desenvolvimento turístico a que o país tem estado a assistir. Um pouco mais à frente, e no final da notícia, podemos ler que a procura do lado do investimento tem sido grande, e isto em conjunto com as alterações favoráveis à lei do arrendamento urbano. Ora aqui estamos, e aqui temos muito a agradecer ao anterior Governo PSD/CDS, pelas facilidades criadas com a Lei do Arrendamento Urbano, e eu espero que daqui a dois anos, não estejamos também a agradecer ao Governo do PS, por nada ter feito, para alterar a situação em relação ao Regime do Arrendamento Urbano. E se chegarmos ao fim destes dois anos que faltam de mandato e nada tiver sido feito, então foram quatro anos perdidos nesta matéria. Se nada for feito e se este Executivo nada fizer para apoiar aquelas pessoas, que como aqui foi dito hoje, que se sentem desamparados e sem saber o que é que o futuro lhes reserva, então teremos muito mais a agradecer, e naturalmente que todos estes agradecimentos contêm uma carga muito pesada de ironia”.

#### **5.2.4 – A Senhora Presidente de Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu quero só descansar o Senhor Deputado Carlos Guedes. Uma coisa é uma notícia, outra coisa é o Executivo antecipar-se e reagir a uma notícia, antes mesmo, que a empresa em causa venha fazer qualquer formulação de pedido, ao de licenciamento, ou de proposta ao Município, francamente não nos parece que seja adequado. Soube e bem, e ainda bem, que, entretanto, já houve boas e más notícias preocupantes. E volto a reiterar aqui, é verdade, já nos devíamos ter reunido com os moradores, volto a dizer aqui, isso não quer dizer, nem que o caso esteja esquecido, nem que não esteja a ser acompanhado pelo Executivo, nem que não esteja a ser acompanhado, permanentemente também graças a Junta de Freguesia, e fosse ela qual fosse. Agora, é muito diferente uma pessoa antecipar-se perante uma notícia



de jornal, ir contactar essa empresa, dizer: “ouçam lá, vejam lá, o que é que querem fazer”. Todos temos que ter cuidado com as notícias de jornal, e mais vale esperar que haja uma proposta firme, concreta, para reagir. Penso que é uma questão de boa gestão”.

**5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

É apenas no sentido de esclarecer a Senhora Presidente. Não se trata de uma noticia de jornal, é uma notícia da empresa que comprou as propriedades, não é a mesma coisa Senhora Presidente, não é de todo a mesma coisa. É um pedido de esclarecimento também à Senhora Presidente, “temos estado a acompanhar”, são palavras suas, de que forma, e em que é que consiste esse acompanhamento”.

**5.2.6 – O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Vir aqui dizer realmente isto: não passa de uma notícia de jornal, Senhor Deputado Carlos Guedes. Eu tenho estado a acompanhar, eu desde o início que acompanho esta situação. Acompanho esta situação, não só reunindo amiúde com esta Comissão de Moradores, tenho estado a acompanhar esta situação e realmente os dados foram alterados. Eu ontem tive uma reunião com esta Comissão, tenho estado a acompanhar, tenho informado a Senhora Presidente da Câmara do que se está a passar, e realmente não gostaria aqui de misturar a Lei do Arrendamento com isto, porque não tem nada a ver. Porque realmente estamos a falar de um Fundo Imobiliário, que comprou, ou pretende comprar, mas temos que conhecer o passado, discutir o presente e, projetar o futuro. E o meu amigo, não está a fazer isso. Lamento informá-lo, que as situações alteraram, e lamento informá-lo, para lhe dizer o seguinte: estou disponível, como sempre estive, com qualquer partido, ou com a Associação que tem estado a acompanhar, irei eu próprio acompanhar uma reunião, na quinta-feira, com a Associação e com o advogado que representa a Associação”.

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – A iniciar o período, foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

**6.1.1- Pelo falecimento de Fernando Proença de Almeida, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU).**

**6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales CDU:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Proença de Almeida

Fernando Proença de Almeida autarca e distinto dirigente associativo do Concelho de Almada, faleceu em Almada no passado dia 19 de fevereiro de 2018.



Nascido na Cova da Piedade em 1939, Fernando Proença de Almeida assumiu em maio de 1974, na sequência da Revolução de Abril, a presidência da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada substituindo a administração fascista, tendo exercido aquelas funções até à tomada de posse dos primeiros órgãos do Poder Local Democrático eleitos em janeiro de 1977.

Em 31 meses de atividade verdadeiramente alucinante, Fernando Proença de Almeida coordenou na Comissão Democrática Administrativa uma equipa de homens e mulheres que, com coragem e determinação, num momento em que as instituições democráticas não estavam ainda estabilizadas, sem recursos financeiros ou outros apoios, iniciou um processo de resposta às inúmeras carências registadas a todos os níveis da vida do Município, tomando decisões e adotando medidas que constituíram um significativo contributo para a fundação, enraizamento e fortalecimento dos alicerces daquilo que é hoje o Poder Local Democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa aprovada e promulgada em 2 de junho de 1976 como um dos pilares fundamentais do regime democrático português.

Nas primeiras eleições democráticas para os Órgãos do Poder Local Democrático, realizadas a 12 de dezembro de 1976, Fernando Proença de Almeida foi eleito diretamente para o primeiro mandato da Assembleia Municipal de Almada integrando as listas da então Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), integrada pelo seu Partido Comunista Português.

A atividade cívica de Fernando Proença de Almeida destacou-se igualmente no quadro do associativismo popular. Ainda antes da Revolução de Abril, foi Vice-Presidente do Clube Desportivo da Cova da Piedade (1972 e 1973), cargo que viria a desempenhar igualmente na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense em 1974, Coletividade Centenária de Almada a que viria a presidir a partir de 1981 e durante mais de 12 anos.

Em reconhecimento do contributo que Fernando Proença de Almeida dedicou ao Concelho de Almada, a Câmara Municipal deliberou em junho de 1994 distinguir o Cidadão com a atribuição da Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município.

Assim, num momento de luto e sentimento de perda pelo desaparecimento físico de Fernando Proença de Almeida, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de dia 27 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Sublinhar as qualidades humanas de Fernando Proença de Almeida, homenageando a memória do Homem Fraternal, Generoso e Solidário, evocando respeitosamente a sua memória.
2. Expressar aos seus familiares, aos muitos amigos, aos camaradas e companheiros do Poder Local Democrático, ao Movimento Associativo Almadense e ao seu Partido Comunista Português, o mais profundo pesar e solidariedade pelo desaparecimento físico do nosso convívio deste Insigne Cidadão Almadense.”



**6.1.2.** Pelo falecimento de Miguel Roquette, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Miguel Roquette

Faleceu na passada semana vítima de doença prolongada, Miguel Roquette, destacado militante do CDS-PP, nomeadamente no distrito de Setúbal e que muitas reflexões e propostas deixou para Almada.

Engenheiro de profissão, Miguel Roquette, desde cedo se interessou pela política e destacou-se pela forma despegada e altruísta com que encarava a política e pela forma como se empenhava na entrega do serviço à comunidade sem olhar a quem sempre num espírito colaborativo e construtivo.

Foi também desde cedo que o mesmo se empenhou na luta pela Democracia e rejeitou totalitarismos viessem eles da Esquerda ou viessem eles da Direita. Miguel Roquette era um democrata, amava a Liberdade, amava os seus amigos e tratava cordialmente e com imenso respeito os seus adversários políticos.

Desta feita a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária presta aqui a sua homenagem endereçando as mais sinceras condolências à famílias e amigos através deste voto de pesar.”

**6.1.3** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, que foram aprovados por unanimidade.

**6.1.4** - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Assembleia.

**6.2** – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Deputados Municipais:

**6.2.1** – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação sobre Defesa das condições ambientais relativas ao funcionamento da fábrica de óleos da Sovena em Palença de Baixo/Pragal;

**6.2.1.1** – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Defesa das condições ambientais relativas ao funcionamento da fábrica de óleos da Sovena em Palença de Baixo/Pragal

Na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2016, a Assembleia Municipal aprovou por larga maioria – apenas com um voto de abstenção do Deputado Municipal eleito pelo CDS-PP – uma Deliberação relativa às condições de laboração e impactos dela resultantes junto das populações da fábrica de óleos da empresa SOVENA, situada em Palença de Baixo/Pragal.





Nessa deliberação, a Assembleia Municipal reitera o empenho e interesse na promoção de condições adequadas à instalação de atividades económicas de natureza diversa que contribuam para o desenvolvimento, o bem-estar e a criação de postos de trabalho com qualidade no Concelho de Almada, sublinhando igualmente, relativamente à laboração daquela fábrica de óleos, a necessidade de serem adotadas medidas de mitigação de impactos ambientais negativos que afetavam na altura a qualidade de vida das populações, reafirmando o princípio de defesa intransigente da preservação e valorização dos valores ambientais naturais e da qualidade de vida das populações em todos os domínios – qualidade do ar, da água, dos solos e do ambiente urbano em geral.

Através da informação que um conjunto de organizações de residentes no local fez chegar à CDU – envolvendo a Associação de Moradores da Zona do Bairro do Matadouro, a Comissão Sindical do Hospital Garcia de Orta, a Pró-Comissão de Moradores de Alcaniça e o Grupo de Cidadãos “Cheiramalemalmada” –, e após uma reunião de trabalho realizada neste âmbito, foi possível apurar que continuam hoje sensíveis os impactos negativos da laboração da fábrica, particularmente no que respeita aos fortes e incomodativos odores que dela resultam com muito elevada frequência.

Com efeito, numa reclamação que as associações de moradores no local dirigiram à Agência Portuguesa do Ambiente sobre esta matéria, são claramente expressos, entre outras preocupações, os efeitos dos odores, referindo aquelas associações, citamos, “os moradores sentem o problema diariamente. Chega ao ponto de se tornar insuportável, quase indutor do vómito [...]”, fim de citação. Em resposta, a Agência Portuguesa do Ambiente refere que, citamos de novo, “a medição dos níveis odorais ainda não se reveste de obrigatoriedade legal. No entanto está prevista a sua inclusão a nível do documento de referência “Monitoring of emissions from IED-installations” da União Europeia.

Assim:

- Considerando que decorre até ao próximo dia 28 de março de 2018 a consulta pública relativa ao projeto de alterações processuais das instalações da Sovena, SA, situadas em Palença de Baixo/Pragal, tendo em vista o licenciamento ambiental daquelas instalações nos termos do aviso divulgado no passado dia 9 de fevereiro pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- Considerando que mais de um ano após a Assembleia Municipal de Almada se ter pronunciado pela necessidade de assegurar as adequadas condições ambientais resultantes do processo de laboração daquela fábrica, os moradores nas imediações daquelas instalações fabris continuam a expressar queixas relativas ao impacto negativo na sua qualidade de vida, em particular no que se refere à qualidade do ar que respiram.
- Considerando que a realidade descrita pelos moradores é implicitamente reconhecida como aspeto significativo e importante pela APA, no âmbito da resposta à reclamação apresentada pelas organizações de moradores, e que não obstante o vazio legal existente relativamente à medição dos níveis odorais



produzidos pela atividade industrial, a própria Agência abre uma janela de oportunidade à consideração daqueles impactos no âmbito do processo de licenciamento ambiental em desenvolvimento.

- Reiterando integralmente o conteúdo da deliberação da Assembleia Municipal de Almada tomada por ampla maioria em 28 de novembro de 2016.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Expressar junto da Agência Portuguesa do Ambiente, profunda preocupação pela manutenção dos efeitos negativos sobre a qualidade de vida das populações residentes em torno da fábrica de óleos propriedade da Sovena, SA, em particular no que respeita à qualidade do ar que respiram e a que têm direito.

2. Enquanto Órgão do Poder Local Democrático do Concelho de Almada, carrear para o processo de discussão pública referente ao licenciamento ambiental daquelas instalações industriais, a preocupação acima referida, exigindo designadamente que sejam devidamente consideradas as medições de níveis odorais resultantes da atividade desenvolvida enquanto fator condicionante daquele licenciamento, conforme é expressamente admitido na resposta da Agência Portuguesa do Ambiente às organizações de residentes no local.

3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, no quadro do processo de discussão pública já referido, tome idêntica posição em defesa da qualidade de vida dos residentes nas imediações da fábrica de óleos propriedade da empresa Sovena, SA.”

**6.2.2** - A Senhora Deputada Municipal Inês Correia Bom (BE), para apresentar a Moção em Defesa do ativista Arlindo Consolado Marques;

**6.2.2.1** – A Senhora Deputada Municipal Inês Correia Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em defesa do ativista Arlindo Consolado Marques

No fim do ano de 2015, a luta em defesa do rio Tejo, tornou-se tema nacional por força dos vídeos e fotos dos crimes ambientais, publicados em redes sociais e jornais locais por diversos ambientalistas onde se destacou o ativista Arlindo Consolado Marques.

Ao longo de 2016 o trabalho de denúncia e exposição prosseguiu. Depois de diversas incursões Arlindo Marques, publicou imagens de grandes manchas negras e amareladas a emergirem das profundezas do cais de Vila Velha de Rodão.

Este local é usado pela Celtejo, empresa transformadora de pasta de papel, para descarregar os seus efluentes.



As suspeitas de que esta empresa polui o rio Tejo já não são de agora e no verão de 2015, a empresa foi visada pelo Ministério do Ambiente. No entanto, embora as denúncias de associações, partidos políticos e ambientalistas se tenham intensificado os resultados foram infrutíferos.

Em outubro de 2017 deu-se uma gigantesca mortandade de espécies piscícolas na barragem do Fratel. Centenas de milhares de peixes morreram e milhões vinham à tona de água para respirar.

No dia 19 de Dezembro de 2017, Arlindo Marques tem conhecimento via correio que a empresa Celtejo lhe moveu um processo alegado difamação e pede uma indemnização por danos ao bom nome da empresa no valor de 250.000€.

Perante a atitude da empresa Celtejo, e tendo em conta que já por diversas vezes foi referenciada por órgãos de comunicação social, por propostas de resolução na Assembleia da Republica, por moções em diversas assembleias municipais, como uma das grandes poluidoras do rio Tejo e a referida empresa não moveu nenhum processo em tribunal a qualquer dos órgãos anteriormente referidos, a Assembleia Municipal de Almada considera que esta conduta em relação ao ativista Arlindo Marques visa apenas calar a sua voz, impedindo-o de exercer o seu dever de cidadania.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na dia 27 de Fevereiro de 2018, manifesta a sua solidariedade com o ativista Arlindo Consolado Marques.”

**6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Correia Bom (BE), para apresentar a Saudação ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher;**

**6.2.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Inês Correia Bom (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Saudação 8 de Março – Dia Internacional da Mulher

O dia 8 de Março em que se comemora o Dia Internacional da Mulher tem um peso e uma importância que, indo muito para além da dimensão local e nacional, convoca toda a sociedade para olhar para a situação vivida pelas mulheres em todo o mundo e expressar a solidariedade e a intenção de lutar para alcançar a igualdade.

Não é mais uma data, é um marco na história da emancipação das mulheres e da sociedade como um todo. Data que merece ser lembrada. O percurso feito desde 1824, quando em Rhode Island as operárias deixaram os seus teares depois de os donos das fábricas terem anunciado um corte nos salários - o que constituiu a primeira greve fabril nos Estados Unidos e a primeira greve de qualquer espécie envolvendo mulheres – até aos dias de hoje foi imenso. As movimentações de operárias continuaram ao longo da segunda metade do século XIX e nos inícios do século XX, é de assinalar a Marcha do Pão e das Rosas que, em 1908, juntou 15 mil mulheres nas ruas de Nova Iorque, que denunciavam a exploração e exigiam igualdade económica e política, nomeadamente o direito ao voto. Foi Clara Zetkin em 1910, no II



Congresso da Internacional Socialista, na Dinamarca, que apresentou uma proposta para que todos os anos se instituísse, a nível internacional, um dia para lembrar a situação particular das mulheres na sociedade e em 1917 num 8 de Março ocorreu uma greve geral encabeçada pelas trabalhadoras russas contra a fome, a guerra e o czarismo e que despoletou o processo que levou à revolução de Outubro. Mas só em 1975 a data do 8 de Março é consagrada pela ONU como Dia Internacional das Mulheres. Portugal, que recentemente havia saído de uma ditadura, comemorou também em 1975 pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher em liberdade.

Ao longo da história o que tem mobilizado as mulheres tem sido diverso, desde o combate à pobreza e à violência, até aos valores e aos direitos à igualdade, à liberdade, à justiça e à paz. Não tem sido um percurso pacífico, porque ele tem incidido nos fundamentos da sociedade desigual e opressora em que vivemos. Por isso, temos que continuar a denunciar e a lutar contra a persistência da desigualdade no trabalho, nas relações familiares e afetivas, na sociedade, no quotidiano, na diferença salarial, na precariedade, no desemprego, na violência de género, no assédio, na violência no namoro, na objetificação da mulher. A ganância dos patrões que levou a que as operárias americanas abandonassem os teares em 1824 é a mesma que nos dias de hoje leva às falências fraudulentas e aos despedimentos das operárias da Triumph e da Ricón.

É por tudo o que anteriormente se disse que o Dia Internacional da Mulher merece uma comemoração e um assinalar pelos órgãos do poder local. A Assembleia Municipal de Almada reunida a 27 de Fevereiro de 2018 saúda o 8 de Março e lembra a importância de o assinalar. Contra todos os conservadorismos e opressões, pela liberdade e pela afirmação dos direitos das mulheres, a Assembleia Municipal de Almada apoia o amplo movimento de partidos, sindicatos e movimentos sociais que estão na luta pela defesa das reivindicações emancipatórias das mulheres por uma sociedade mais justa e igualitária.”

**6.2.4 - O Senhor Deputado Municipal Augusto Proença (PSD) para apresentar a Moção A Hora do Planeta 2018;**

**6.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Augusto Proença (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação A Hora do Planeta 2018

Sendo a primeira vez que dirijo a palavra, aproveito para saudar, e desejar que em conjunto, possamos ter os maiores sucessos, para o bem de Almada, e de todos os seus habitantes.

Em segundo lugar dizer-vos ao que venho, tenho quarenta e três anos de atividade profissional, em áreas distintas, como os transportes, consultoria, universidade, turismo e sistemas de bilhética. Chegou o tempo de pagar o muito que a vida me deu, colocando ao serviço das pessoas, através de um dos mais nobres trabalhos que conheço, que é a política, desde que desempenhada com honra e dignidade. O tema



desta moção, que não irei ler, porque está distribuído o texto completo, pretende dar mais um pequeno passo na formação da nossa consciência coletiva, sobre a metade do meio ambiente que iremos entregar às gerações futuras. Creio que a outra parte já estragamos.

Certo que já degradamos muito, e se pensarmos nos séculos anteriores em que a vida nas cidades era de muito má qualidade e a destruição dos recursos, sobretudo a partir da primeira revolução industrial, com a utilização intensiva do carvão, do petróleo, e mais recentemente do nuclear, temos que estar otimistas, pelo percurso dos últimos anos, pois que os sinais de esperança são bem presentes, com a atitude da sociedade em geral.

Com a criação da Hora do Planete em 2007, em que se propõem apagar as luzes durante uma hora, é já possível contabilizar cento e oitenta e sete países, e territórios, e largas dezenas de milhões de pessoas, num processo de adesão. Deste modo, pretendemos mais um sinal, é partilhada a sociedade, com este desafio, para que ninguém fique dispensado, desta batalha que necessariamente temos que ganhar. São várias as formas, de instituições e pessoas, mostrarem que estão com esta causa, para além de apagarem as luzes em monumentos, locais históricos, escritórios, áreas não produtivas de fábricas, letreiros de restaurantes, outdoors etc., são tudo soluções possíveis, e distribuí-las através da internet, por exemplo. A Hora do Planeta foi lançada em 2007 pela WWF, a ONG que se dedica à conservação do Ambiente. Em Sidney, na Austrália, 2,2 milhões de pessoas e mais de 2.000 empresas concordaram em apagarem as luzes por uma hora na tentativa de chamar a atenção para as mudanças climáticas.

Apenas um ano depois, a iniciativa globalizou-se, tendo-se estendido a mais de 50 milhões de pessoas, espalhadas por 135 países, tornando--se assim um movimento global que, em 2017 alcançou marcas significativas como por exemplo:

- 187 países e territórios associados;
- Mais de 3.100 monumentos e locais históricos apagaram as suas luzes;
- 350 influenciadores envolveram-se na iniciativa como seus embaixadores.

São várias as formas de instituições e pessoas mostrarem que estão com esta causa. Para além de apagarem as luzes em monumentos, locais históricos, escritórios, áreas não produtivas de fábricas, letreiros de restaurantes, outdoors e mesmo os web sites que ficam inativos durante uma hora, também têm sido distribuídas velas e alguns municípios organizaram eventos à luz de velas. As organizações têm ainda promovido formas de angariação de fundos online e via redes sociais.

Em Portugal, vários Municípios e Monumentos têm também participado e irão participar na Hora do Planeta que este ano se assinala a 24 de março, às 20h30.

Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 27 de Fevereiro de 2018, delibera:

1. Que o Município de Almada se associe à iniciativa “Hora do Planeta 2018”, assinando a “Declaração de Envolvimento” (disponível no site da organização);



2. Que promova a iniciativa junto dos munícipes e empresas do Concelho, incentivando a que estes se associem também e facilitando a sua participação;
3. Que divulgue a sua associação a esta iniciativa junto das escolas do Concelho, no sentido de sensibilizar os mais novos para a importância do combate às mudanças climáticas e ao aquecimento global;
4. Que verifique quais os locais simbólicos sob sua responsabilidade em que possam ser apagadas as luzes de forma a demonstrar a sua participação;
5. Que se informe junto da empresa que gere a rede elétrica se os equipamentos que servem o Concelho não sofrerão qualquer impacto negativo com a participação massiva nesta iniciativa.”

**6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD) para apresentar a Moção pela Criação de um Programa Municipal de Estágios de Verão para Estudantes e Licenciados;**

**6.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação pela Criação de um Programa Municipal de Estágios de Verão para estudantes e licenciados

Os organismos públicos, e em especial as autarquias, devem incentivar o desenvolvimento profissional das comunidades locais, e, em especial, das camadas mais jovens da população. O atual quadro económico e o comportamento do mercado laboral implicam que, por diversas vezes, os jovens não consigam encontrar colocação por carecerem da experiência exigida pelas organizações.

Nesse sentido, será relevante integrar na Câmara Municipal de Almada, anualmente, um conjunto de estudantes e jovens licenciados que possam adquirir, no âmbito de um estágio de verão, experiência laboral relevante para o seu desenvolvimento profissional.

Um Programa Municipal de Estágios de Verão, dirigido aos alunos dos Ensinos Superior e Profissionalizante, permitirá a abertura de vagas que correspondam, em certa medida, às necessidades de oferta nesta área, sendo os estudantes integrados nos vários serviços da Câmara Municipal, podendo posteriormente aproveitar-se a experiência adquirida numa fase piloto para alargar este programa a uma Plataforma mais ampla e que faça a ligação entre os estudantes, o tecido empresarial municipal, e outros prestadores de serviços públicos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de Fevereiro de 2018, delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de um Programa Municipal de Estágios de Verão, por forma a potenciar a aquisição de competências profissionais e a experiência profissional dos envolvidos, os quais deverão ser selecionados por concurso e pelo período de pausa letiva (com durações variáveis, por exemplo, entre as 3 semanas a um mês).”



**6.2.6** – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU), para apresentar a Moção/Saudação ao Dia Internacional da Mulher;

**6.2.6.1** – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Saudação Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora foi proposto por Clara Zetkin na 2ª Conferência Internacional de Mulheres que decorreu em Copenhaga em 1910. Ao propor a celebração deste dia, a revolucionária pretendeu assinalar a luta emancipadora das mulheres, em particular as lutas das sufragistas pelo direito ao voto e a luta das operárias têxteis pela redução do horário de trabalho e por condições dignas.

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela primeira vez em 1911 nas ruas da Alemanha, Suíça, Áustria, Dinamarca, Suécia e Estados Unidos da América.

Em Portugal, com a Implantação da República em 1910, surgem as primeiras organizações de defesa e luta pelos direitos das mulheres, direito ao trabalho, à educação, ao voto. Em 1914 é criado o Concelho Nacional das Mulheres Portuguesas. A instauração da ditadura fascista em 1926 liquidou as liberdades e as organizações democráticas, e suprimiu as transformações progressistas. O Concelho Nacional das Mulheres Portuguesas é proibido e mandado encerrar pelo Governo Civil de Lisboa em 1947.

O encerramento forçado do Concelho Nacional das Mulheres Portuguesas não eliminou a luta das mulheres pela sua emancipação em Portugal. A resistência e atividade de outros movimentos feministas, como a Liga Republicana de Mulheres, a Associação Feminina de Propaganda Democrática e a Associação Feminina Portuguesa para Paz, conduziu ao nascimento, em 1968, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Ainda antes da Revolução de 25 de abril de 1974, realiza-se o 1º Encontro Nacional do Movimento Democrático de Mulheres, que decorreu no nosso Concelho, na Cova da Piedade em 21 de outubro de 1973.

Neste encontro foi aprovado um caderno reivindicativo que exigia o respeito pelos direitos das mulheres portuguesas, apelando à libertação imediata de mulheres em prisão política e o fim das discriminações no trabalho, denunciando as desigualdades na educação e reclamando o direito à realização do aborto legal em condições que preservassem a saúde da mulher.

Com o 25 de Abril, e desde então, o MDM vem a intensificar o seu trabalho pela emancipação da mulher, paz e dignidade humana, indissociável da luta pela construção de uma sociedade de justiça social, igualdade, democracia e desenvolvimento.



O Dia Internacional da Mulher transformou-se numa jornada mundial, um símbolo de luta das mulheres contra todas as formas de opressão e exploração, pelos seus direitos próprios e pela paz, razões que permanecem até aos dias de hoje.

Celebrar o Dia da Mulher é reafirmar a defesa da paz e da igualdade, a Constituição da República Portuguesa e as conquistas de Abril, a Solidariedade com as mulheres do mundo. A luta pelos direitos das mulheres tem mais de um século, mas as conquistas continuam a não ser universais.

Almada, Município de Abril, celebra o Dia Internacional da Mulher desde a conquista da Liberdade e da Democracia, assinalando a data de 8 de Março em cada ano como um momento de convívio e luta especialmente dedicado às mulheres trabalhadoras do Município de Almada, que assinala com profundo significado, a luta das Mulheres - que permanece atual e necessária - em defesa seus direitos.

Em 2018, as Mulheres Trabalhadoras do Município de Almada, das Juntas de Freguesia e da Empresa Municipal ECALMA, não serão homenageadas através da realização desse momento que anualmente a autarquia promoveu ao longo dos últimos anos.

A decisão de eliminar esta celebração constitui um retrocesso incompreensível e inaceitável na expressão do apoio público que o nosso Município, a nossa Terra de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, tem obrigação de afirmar relativamente à justa luta das Mulheres de todo o mundo pela sua dignidade e pelos seus direitos.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 27 de fevereiro de 2018 delibera:

1. Saudar todas as Mulheres, e de modo especial as trabalhadoras do Município de Almada, exortando-as a que nunca abdicuem dos seus sonhos por uma vida melhor, mais justa e em igualdade, assumindo a sua luta contra injustiças e discriminações.
2. Saudar o Movimento Democrático de Mulheres pelo seu 50º aniversário, pelo seu papel pioneiro na defesa de causas que assegurem os direitos a todas as mulheres, ação tão importante na sua emancipação, apelando à participação na Manifestação Nacional de Mulheres no próximo dia 10 de março.
3. Lamentar a não realização do almoço de convívio e luta em celebração do Dia Internacional da Mulher com as Trabalhadoras da Câmara Municipal de Almada, Juntas de Freguesia do Concelho, Serviços Municipalizados de Água e ECALMA, e ainda as mulheres eleitas na Assembleia Municipal de Almada.”

**6.2.7** – A Senhora Deputada Municipal Eva Gomes (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação no 30º aniversário da aquisição da Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea;

**6.2.7.1** – A Senhora Deputada Municipal Eva Gomes (CDU);

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação no 30º Aniversário da aquisição da Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea





A Casa da Cerca foi adquirida pela Câmara Municipal de Almada em 1988, celebrando-se no corrente ano o 30º aniversário da vinda à posse pública do Município daquela significativa peça do património arquitetónico e cultural, cujas origens remontam aos séculos XVII/XVIII e é considerado o maior e mais característico exemplar de arquitetura civil setecentista em Almada.

Antes ainda da recuperação e restauro daquele património, a utilização pública do espaço começa em 1989, tendo aí decorrido a VI Festa de Teatro de Almada. Esse ato inaugural da atividade cultural na Casa da Cerca viria a determinar que desde essa data, todas as edições do Festival de Teatro de Almada são apresentadas ao público nas suas instalações.

Cinco anos passados sobre a aquisição do imóvel é inaugurado o Centro de Arte Contemporânea, um equipamento cultural municipal que se assume hoje como referência nacional e internacional, e que assinala em 2018 um quarto de século de abertura ao público e funcionamento ininterrupto, tendo até ao presente recebido inúmeros artistas e exposições individuais, coletivas e temáticas, sempre com reconhecida projeção nacional e internacional.

A constituição e formação de públicos apreciadores de arte e cultura desde as idades mais jovens constitui, a par da divulgação da arte contemporânea em termos gerais, um dos objetivos centrais da atividade da Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea de Almada.

O seu serviço educativo, cuja atividade teve início em 1997, afirma-se hoje como projeto abrangente de grande qualidade e alcance, que oferece aos jovens a partir dos três anos, através da promoção de atividades de natureza pedagógica e lúdica em torno das exposições patentes ao público, a oportunidade para estabelecerem um primeiro contacto com atividades de criação plástica.

Em junho de 2001 é inaugurado o Jardim Botânico “O Chão das Artes”, uma iniciativa pioneira que articula as vertentes científica e artística através de um projeto inspirado no jardim tradicional português de quinta de recreio - as origens da Casa da Cerca -, um espaço que se encontra organizado em seis áreas de plantação distintas, nas quais crescem plantas utilizadas na produção de diferentes materiais aplicados nas artes plásticas, e integra ainda uma estufa e um anfiteatro ao ar livre.

À promoção da arte contemporânea através da exposição da obra de consagrados artistas de renome internacional, a Casa da Cerca-Centro de Arte Contemporânea de Almada, associa neste Jardim Botânico a investigação e o conhecimento sobre os elementos primários utilizados pelos artistas no seu processo de criação: os pigmentos extraídos flores, folhas ou rizomas, no Jardim dos Pigmentos; as gomas, extraídas de algumas árvores de fruto, no Pomar das Gomas; o rosmaninho, o alecrim, a alfazema, as papoilas, e outras espécies produtoras de óleos utilizados na pintura, no Jardim dos Óleos; o linho e o algodão utilizados para as telas, no Jardim das Telas; as madeiras para escultura ou suporte de retábulos, as terebintinas e os vernizes, na Mata; e o Jardim dos Pintores, em cujos canteiros todos os anos um pintor



é homenageado, para além de uma charca e tanques onde crescem papiros e outras plantas das quais se faz papel.

Diretamente associado à atividade do Centro de Arte Contemporânea, foi instalado em 2008 o Centro de Documentação “Mestre Rogério Ribeiro”, um espaço essencialmente dedicado à investigação em torno do Desenho e de artistas portugueses contemporâneos, área vocacional específica da Casa da Cerca, contando em finais de 2017 com mais de 15.000 títulos no seu acervo documental, e que celebra este ano uma década de trabalho e apoio ao estudo.

A importância da atividade desenvolvida ao longo dos últimos 30 anos por este equipamento cultural de excelência de Almada, mas também da região e do País, é unanimemente reconhecida pelo público, e pelos artistas e criadores que têm passado pelas suas salas de exposição.

Doze desses artistas e criadores, um em cada mês do ano, testemunharam em direto a sua própria relação com a Casa da Cerca em 2013, celebrando o 25º aniversário da sua aquisição e 20º aniversário de atividade. Revisitamos os seus testemunhos que permanecem, naturalmente, muito atuais:

*“O desenho da Casa é esse, um gesto que recebe e acolhe e outro que se abre a um mundo todo cheio de possibilidades”, José Luís Porfírio, em janeiro de 2013.*

*“Muito cedo na minha vida de artista lá expus numa mostra coletiva, e tive a agradável e honrosa surpresa de o Rogério propor a aquisição de um dos meus desenhos para a coleção da Casa. Foi a primeira coleção institucional a incluir um desenho meu”, Rui Sanches, em fevereiro de 2013.*

*“Esta ‘casa’, e permitam-me que a denomine assim porque é um sítio em que sinto como em casa, é um local a que volto com saudade, mas também com grande vontade de participar na sua continuidade, representando para mim um espaço de diálogo e de valorização da cultura que me conforta e motiva”, Raul Cunca, em março de 2013.*

*“Na Casa da Cerca encontro sempre braços abertos, que saem pelas portas, janelas e telhado e correm pelo jardim fora até ao Tejo”, Ana Vasconcelos e Mello, em abril de 2013.*

*“Cada vez que tenho o prazer de visitar a Casa da Cerca, sinto orgulho, como almadense, de ter este espaço tão perto de minha casa”, Miguel Matos, em maio de 2013.*

*“O diálogo e o entendimento com a Casa da Cerca (tão importantes, quando se trabalha com tanta responsabilidade e tão poucos meios...) têm sido eficazes e profícuos. Esta colaboração só é possível quando ambos os interlocutores têm uma visão abrangente da sua atividade, que não se vira sobre si mesma, mas que procura confrontar-se com as melhores práticas do País e do estrangeiro, para, com essa emulação, procurar evoluir”, Rodrigo Francisco, em junho de 2013.*

*“Em Almada, na Casa da Cerca, a Cultura venceu a suburbia:  
O reino da suburbia...”*



*... dos dias e dias automatizados, do dormir aqui e trabalhar distante, da monotonia de cenários e tempos... Almada terá sido o primeiro município da coroa suburbana da capital e libertar-se dessa condição”, Francisco da Silva Dias, em julho de 2013.*

*“E tem sido tudo isso e mais aquilo que todas as palavras ditas e escritas acerca dessas atividades poderão jamais ser dimensionadas e que foram e são o sonho e o amor que a Casa da Cerca tem exigido ao longo dos vinte anos da sua existência”, José Aurélio, em agosto de 2013.*

*“Há muito tempo conheci o Mestre Rogério Ribeiro, antes de saber que o que eu mais queria era desenhar. Sei que pensou na Cerca como espaço para o desenho se sentir em casa. Sei que quis ver os meus desenhos, apesar de eu não fazer pessoas nem casas. São desenhos de plantas e bichos, com vontade de também serem ciência. Mas também são desenho, e outros não o viram assim, e disso eu não me esqueço”, Pedro Salgado, em setembro de 2013.*

*“Criada num tempo em que as instituições culturais assumiram frequentemente as designações de Casa em desabono de outras, como Centro Cultural ou Museu, a Casa da Cerca dava, através do nome, uma indicação clara quanto à sua vocação. [...] Criada num tempo em que tais instituições adotaram elementos vinculados aos lugares que ocuparam e recorreram aos topónimos autênticos e a outros aspetos antropológicos caracterizadores, a Casa da Cerca comunicava, através do nome, a sua presença no universo artístico e cultural”, Laura Castro, em outubro de 2013.*

*“Não tendo eu uma relação direta com esse mundo das artes plásticas sou um visitante esporádico, fortuito e curioso. E tenho sempre essa mesma sensação como a da primeira vez: “que sorte isto existir na cidade em que vivo”. A cidade redimensiona-se, torna-se cosmopolita, priva com um mundo maior com conteúdos inesperados e sintoniza-se com o “momento presente”. E a Casa da Cerca tem sabido interpretar bem esse papel. Nunca, nas minhas aleatórias visitas, vi lá nada que não fosse interessante, nunca saí de lá como entrei. Saí sempre mais rico. Com o conforto de saber que alguém está ali a fazer (continuamente) um bom trabalho. E é local de visita e de cartão de visita para amigos que recebo de fora”, José Peixoto, em novembro de 2013.*

*“...é um lugar onde gosto imenso de estar porque é completamente dedicado à arte de que mais gosto a do Desenho, em exposições, textos, discussões, arquivo, oficinas e até um jardim desenhado pela ideia do Desenho”, Ana Leonor, em dezembro de 2013.*

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Saudar vivamente a celebração do 30º aniversário da aquisição para o domínio público municipal do importante património arquitetónico, histórico e cultural representado pela Casa da Cerca, e os 25 anos de atividade ininterrupta de promoção das artes plásticas, em particular no domínio do Desenho,



da cultura e do saber que o Centro de Arte Contemporânea instalado na Casa da Cerca desde 1993 aí vem desenvolvendo.

2. Sublinhar o extraordinário significado que a atividade desenvolvida pelo Centro de Arte Contemporânea de Almada, indelevelmente ancorada nos padrões da mais elevada qualidade artística e criativa, vem desenvolvendo desde há duas décadas e meia, e a importância que essa atividade assume no quadro da promoção da cultura, do saber e do conhecimento não apenas dos Almadenses, mas de todos os portugueses, e da projeção do nome de Almada aquém e além-fronteiras.
3. Expressar o mais profundo desejo e votos de que a qualidade do trabalho desenvolvido até ao presente possa ser aprofundada e melhorada ainda mais no futuro, enriquecendo assim cada vez mais o já vasto património de conhecimento e saber que proporciona a muitos e muitos milhares de cidadãos e cidadãs.”

**6.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação pela Utilização de Papel Reciclado;**

**6.2.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais:

Moção/Recomendação pela Utilização de Papel Reciclado

Considerando que:

1. A Câmara Municipal de Almada, no seu papel de proximidade com os cidadãos, deverá dar o exemplo na promoção de boas práticas ambientais e no exercício da cidadania, adotando comportamentos e procedimentos que vão ao encontro do princípio da sustentabilidade dos recursos naturais, contribuindo para a preservação dos mesmos;
2. Com o atual agravamento da seca em Portugal, é urgente a racionalização do uso dos nossos recursos hídricos, sendo que a produção de papel é uma atividade com elevados níveis de consumo, necessitando, em média, de 100.000 litros de água/tonelada de papel;
3. A principal matéria-prima utilizada na indústria de produção de papel é o eucalipto, e a monocultura desta espécie conduz à degradação do solo e agrava o risco de propagação dos incêndios florestais;
4. O impacto ambiental do processo de produção de papel, nomeadamente no que respeita ao efluente gerado no processo de branqueamento e as consequentes descargas de resíduos tóxicos que as grandes indústrias da área têm vindo a realizar nos cursos de água, conduz a desastres ambientais como os que têm vindo a ser notícia, para além dos elevados encargos que o país terá na mitigação dos seus efeitos;
5. Atualmente existe uma oferta muito diversificada de produtos produzidos em papel reciclado (ou com uma percentagem de fibras recicladas), com garantias de qualidade e a preços equiparados aos produtos convencionais;



6. A opção por papel reciclado permite um menor consumo de recursos e uma menor necessidade de abater árvores, para além de dar uma solução a um resíduo, evitando o seu encaminhamento para incineração ou aterro;
7. Em comparação com a produção de papel novo, o fabrico de 1 tonelada de papel reciclado:
  - Permite poupar entre 15 a 20 árvores;
  - Necessita entre 50 a 200 vezes menos água (o equivalente ao consumo diário de 1.000 pessoas);
  - Consome 2 a 3 vezes menos energia;
  - Diminui em 75% as emissões atmosféricas, em 25% as descargas para o meio aquático e consome menos 45% de oxigénio durante o processo;
8. Por fim, tendo em conta o elevado consumo de papel levado a cabo pelos órgãos e serviços do município.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Nos órgãos e serviços da autarquia, o stock (folhas, envelopes, etc.) de papel dito convencional venha gradualmente a ser substituído por papel reciclado, até que o uso deste seja generalizado, no mais curto espaço de tempo possível.
2. Na comunicação interna e externa dos órgãos e serviços do município, seja privilegiada a via eletrónica, restringindo-se o uso de papel ao estritamente necessário.
3. Ao utilizar papel, sempre que possível, as impressões e fotocópias sejam em frente e verso.”

**6.2.9** – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Almada não apoia Circos com Animais;

**6.2.9.1** – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Recomendação Almada não apoia Circos com Animais

Considerando que:

1. São vários os países do mundo que têm vindo a adotar medidas restritivas quanto à utilização de animais em espetáculos circenses ou similares. Na União Europeia vinte países já aprovaram a proibição de utilização de animais selvagens nestes espetáculos e três – Malta, Chipre e Grécia – proibiram a utilização de qualquer espécie de animais.
2. Em Portugal, tal como em muitos outros países, a preocupação com o bem-estar animal e reconhecimento da sensibilidade dos animais têm aumentado significativamente e refletem-se em petições de cidadãos com o objetivo de proibir a utilização de animais nos circos, como é o caso da muito recente petição promovida pela Associação ANIMAL que conta com mais de 20.000 assinaturas.



3. Segundo a Declaração sobre as necessidades etológicas e bem-estar dos animais selvagens nos circos, datada de Setembro de 2015<sup>1</sup>, algumas das principais preocupações com estes animais centram-se, entre outras:

- a) No confinamento excessivo - os animais utilizados nos circos passam a maior parte do seu dia em cativeiro, passando apenas entre 1 a 9% do seu tempo em treino ou no espetáculo. Este tipo de confinamento torna muito provável o aparecimento de estereotípias, nomeadamente comportamentos que revelam ansiedade como o andar em círculos repetidamente;
- b) Separação da mãe numa fase muito inicial da vida – De forma a facilitar a dominação sobre os animais é normal a retirada prematura à progenitora. Tal prática aumenta a sensibilidade ao *stress*, a ocorrência de comportamento anormal, maior propensão à agressividade e uma maior suscetibilidade à psicopatologia;
- c) Restrição às interações sociais – Muitas vezes é inevitável que animais sociais sejam alojados individualmente, em grupos menores que a média na natureza ou em agrupamentos não naturais. Tal evita o estabelecimento de dinâmicas sociais normais e tem consequências significativas para o comportamento e bem-estar dos animais em causa;
- d) Viagens frequentes – Como é do conhecimento geral os circos são, pela sua natureza, itinerantes o que implica a movimentação constante de um local para outro assim como o confinamento por longos períodos. Os animais selvagens apresentam sinais de *stress* quando viajam, assim como na sua carga e descarga, não se verificando qualquer habituação com a frequência das viagens.
- e) Treino e performance – A evidência científica demonstra que os atos de performance na presença de espectadores causam *stress* severo aos animais. O *stress* é causado pela restrição de movimentos, luz artificial, exposição a volume de som alto e aversivo ou temperatura inadequada para os animais. No que diz respeito ao treino, este compromete fortemente o bem-estar dos animais já que os métodos de treino incluem punições físicas e emocionais, com vista a usar o medo para a subalternização do animal. Não é por acaso que a pessoa que treina o animal é comumente designada por “domador”. Domar um animal é o processo que envolve a mudança do comportamento do animal, mas não a sua composição genética. Neste processo os animais são obrigados a submeterem-se aos humanos. E mesmo para aqueles animais que tendo sido já reproduzidos em cativeiro, a verdade é que estes animais criados em circos são idênticos aos seus congénitos selvagens. Eles expressam a mesma motivação para a prática dos comportamentos específicos da sua espécie assim como os seus instintos também não são afetados<sup>2</sup>. Como resultado desta dominância de animais selvagens em cativeiro, estes são muitas vezes imprevisíveis e em 2 Price, 1984; Price, 1999 circunstâncias stressantes suscetíveis de se tornarem agressivos.



4. A combinação da natureza temporária da acomodação durante a viagem e a proximidade dos animais com as pessoas durante as performances importam um risco elevado de acidente ou fuga. O que, por sua vez, implica sérios riscos para a saúde pública e segurança;
5. As Câmaras Municipais podem não prestar apoio institucional a companhias de circos que exibam ou utilizem animais;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. Que a Câmara Municipal de Almada não preste apoio institucional a companhias de circo que incluam a exibição ou utilização de animais nos seus espetáculos designadamente através da cedência de terrenos públicos;
2. Que a Câmara Municipal de Almada declare o Município de Almada como Município que não apoia Circos com Animais.”

**6.2.10** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a Moção Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar;

**6.2.10.1** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar

Uma vez que a sociedade tem nos últimos anos convergido num conjunto de esforços para combater o desperdício alimentar e consciencializar as pessoas para a necessidade de reaproveitar os excedentes alimentares confeccionados ou os produtos alimentares produzidos em excesso canalizando os mesmos para aqueles que mais precisam, é fundamental que as autarquias, há semelhança do que tem vindo a ser feito por exemplo em Lisboa, tenham um papel preponderante na criação de mecanismos que possam colocar em prática e no terreno uma rede abrangente que consiga agregar o maior número de entidades e agentes que queiram contribuir para a melhoria da qualidade de vida daqueles que têm mais necessidades e mais carências ao nível alimentar.

A criação de um verdadeiro Programa/Plano em Almada que numa rede abrangente de entidades e instituições, privadas ou públicas, possa ter como finalidade a distribuição de excedentes alimentares em bom estado de conservação para consumo junto dos mais necessitados, deve funcionar numa lógica de complementaridade e de emergência, e nunca desagrada das restantes políticas municipais ou mesmo nacionais sejam elas sociais ou de outra vertente, que procurem a melhoria e qualidade de vida dos cidadãos.

É crucial que toda a sociedade possa estar sensibilizada e consciencializada para a necessidade da criação de uma rede que envolva instituições privadas e demais entidades sem fins lucrativos, que incentive



à responsabilidade social das empresas e das diversas associações tal como os órgãos municipais de apoio à exclusão social, conjugando um elevado número de contributos em torno desse combate e de uma melhor gestão não só da distribuição de bens alimentares, mas também da sua confeção e da sua produção, evitando desta feita o seu desperdício, potenciando ao mesmo tempo uma verdadeira ajuda às famílias mais carenciadas.

Um Programa e um plano municipal desta envergadura deverá ter a seu cargo a vasta mas nobre missão de identificar e reunir o maior número de entidades locais, que através dos seus meios materiais, logísticos e humanos incluindo o voluntariado, mostrem estar disponíveis para em rede, se constituírem como parceiros, monitorizando as famílias mais carenciadas e a necessitarem de apoio complementar e imediato em termos de consumos alimentares.

O mesmo pode ainda, ser um elemento fundamental na aplicação das medidas propostas no Plano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, neste caso aplicado ao município de Almada. Esse mesmo papel poderá englobar a recomendação ao incentivo ao consumo de bens alimentares de proximidade, nomeadamente naquilo que diz respeito a produtos perecíveis ou para a sensibilização relativamente aos gastos excessivos na aquisição de bens alimentares, pois muitos deles acabam no lixo por falta de necessidade de consumo ou por expiração do seu prazo ou ainda consciencializar os produtores a produzirem o essencial evitando-se o desperdício ao mesmo tempo que se preserva o ambiente.

Campanhas alargadas e direcionadas junto das escolas e demais estabelecimentos de ensino, junto das empresas, dos mercados e feiras, dos estabelecimentos de comércio nomeadamente da restauração, nas instituições e organizações sem fins lucrativos e nas demais entidades quer públicas quer privadas, deverá fazer parte dos métodos e objetivos de trabalho do plano contra o desperdício alimentar em Almada.

O sucesso que tem o plano municipal de combate ao desperdício alimentar concretizado em Lisboa, e que conta com o apoio das mais altas instâncias nacionais passando pelo apoio da FAO - United Nations Food and Agriculture Organization, pelas IPSS's, e demais instituições de cariz solidário, é bem o espelho não só da sua necessidade, mas também da viabilidade que um programa como este concerne no combate às carências alimentares e que pode muito bem ser aproveitado no concelho de Almada.

Em suma, a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 27 de Fevereiro em reunião ordinária na localidade de Cacilhas, vem através desta Moção, recomendar à Câmara Municipal de Almada a possibilidade de se estudar, adaptado ao município e à realidade do concelho, a implementação de um Plano/Programa de combate ao desperdício alimentar, com o objetivo de se constituir uma verdadeira, eficaz, viável e abrangente rede local entre vários parceiros públicos e privados que promovam e potenciem o combate ao desperdício alimentar, com o objetivo da recolha, triagem e distribuição bens alimentares em excesso aos mais carenciados, sensibilizando ao mesmo tempo os consumidores e produtores para o de respetivo consumo e para o desperdício."





**6.2.11** - A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar a Moção Saudação pela Regularização dos Vínculos Precários.

**6.2.11.1** – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Moção/Saudação pela regularização dos vínculos precários

A aprovação pela Assembleia da República da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, veio criar as condições necessárias à concretização do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública (PREVPAP), permitindo solucionar situações irregulares e de grande instabilidade para um universo considerável de trabalhadores, que exercem funções correspondentes a necessidades permanentes das entidades empregadoras, sem que tenham no entanto o vínculo jurídico adequado.

É, por isso, de salientar os esforços encetados pelo atual XXI Governo Constitucional, no sentido da consolidação da estratégia de combate à precariedade, proporcionando uma rápida resposta às preocupações destes trabalhadores, que ao longo dos anos se viram confrontados com situações de precariedade laboral no seio do Estado, o qual deveria e deve primordialmente ser o exemplo.

O PREVPAP veio, assim, permitir a regularização da situação jurídica dos trabalhadores com falsas prestações de serviços ou com falsos contratos a termo, abrangendo também aqueles que desempenham funções nas autarquias locais e no setor empresarial local.

Neste âmbito, é por isso de congratular o atual executivo camarário pelo imediato e eficaz levantamento dos trabalhadores sem vínculo jurídico adequado nos serviços municipais de Almada, reconhecendo que as situações identificadas correspondem a reais necessidades permanentes do Município e promovendo a integração dos trabalhadores no mapa de pessoal, através da constituição de vínculos de emprego público, por recurso a contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 27 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Reconhecer a importância da regularização dos vínculos precários dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes na Administração Pública;
2. Saudar o atual executivo camarário pelo imediato e eficaz reconhecimento das situações de precariedade e integração dos trabalhadores no mapa de pessoal do Município de Almada.”

**6.2.10** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Débora Rodrigues (PS), Carlos Guedes (BE), João Galdes (CDU), António Salgueiro (PSD, António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Gonçalves (PS) e Sandra Branco Duarte (PAN) e a Senhora Presidente de Câmara.

**6.2.10.1** – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Relativamente à apreciação das moções que foram aqui apresentadas, passaria a indicar a posição da bancada do Partido Socialista relativamente a algumas delas.

No que toca à moção “Em defesa das condições ambientais, relativas ao funcionamento da fábrica SOVENA”. Como aqui também já foi referido, a Câmara Municipal de Almada parece-me que está empenhada em defender estes moradores que se encontram nas imediações da fábrica, e, portanto, votaremos favoravelmente esta moção.

Relativamente à moção, “Em defesa do ativista Arlindo Consolado Marques”. Evidentemente, que o Partido Socialista condena todo e qualquer crime ambiental, e neste caso em concreto, todos sabemos que estão em causa direitos ambientais que muito provavelmente foram violados, e que têm que ser aferidas quais as responsabilidades, designadamente desta empresa Celtejo. No entanto, teremos que nos abster nesta moção, uma vez que valorizamos aquilo que é a separação de poderes, e aquilo que é o Estado de Direito Democrático. E entendemos, que não nos devemos imiscuir num órgão judicial, e, portanto, num processo crime, que neste caso, o alegado processo de difamação que aqui consta da moção. Portanto, entendemos que a Assembleia Municipal de Almada não é o órgão indicado para manifestar a sua solidariedade com qualquer pessoa que seja, neste caso com o ativista Arlindo Consolado Marques, evidentemente não colocando em causa aquilo que é a posição do Partido Socialista de condenar estes crimes ambientais.

Relativamente, à moção “8 de março, Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Bloco de Esquerda, votaremos favoravelmente. Apenas, gostaríamos de mencionar, que na parte deliberativa, se encontra uma menção à Assembleia Municipal do Seixal, que certamente será um lapso.

Relativamente, à moção “Pela criação de um programa municipal de estágios de verão” apresentada pelo PSD, votaremos favoravelmente. Também se encontra naquilo que foram as Grandes Opções do Plano apresentadas pela Câmara Municipal de Almada um plano de estágios, e, portanto, votaremos favoravelmente aquilo que entendemos também ser a posição do Partido Socialista.

Relativamente, à moção/saudação, ao “Dia Internacional da Mulher”, apresentada pela CDU, gostaríamos de pedir que fossem votados os pontos separadamente, no caso de ser aceite a votação separada, iremos votar contra o ponto três, uma vez que, como a CDU sabe, o anterior Executivo gastava mais de 20.000.00 (vinte mil) euros, naquilo que era um almoço comemorativo. E ainda mais 8.000.00 (oito mil) euros em prendas. E esse montante daquilo que o atual Executivo pretende fazer, será utilizado em atividades de promoção para a igualdade de género. E, portanto, nessa medida, iremos votar contra o ponto três, em que se lamenta a não realização de um almoço de convívio, que nos parece que não é de todo a melhor prática, e que o atual Executivo irá reverter.



Relativamente à moção “30º aniversário da aquisição da Casa da Cerca”, iremos votar favoravelmente, reconhecendo o importante património arquitetónico, histórico, e cultural, e integração deste imóvel no domínio público municipal.

Relativamente à moção apresentada pelo PAN “Pela utilização de papel reciclado”, também votaremos favoravelmente, entendemos ser de facto uma medida bastante positiva, e que esperamos que a Câmara Municipal, implemente com a melhor eficácia.

Por último, relativamente à moção “Plano municipal de combate ao desperdício alimentar”. Também iremos votar favoravelmente, porque também entendemos, que a Câmara Municipal deve estudar se existe de facto, possibilidade de se implementar um plano de combate a este desperdício alimentar”

**6.2.10.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Permitam-me só prestar aqui alguns esclarecimentos sobre as moções que foram apresentadas, para o caso disso poder ter algum peso na votação.

Relativamente à moção do Dia Internacional da Mulher, quero esclarecer aqui uma questão. Permitam-me que vos apresente, aquilo que é o programa geral das iniciativas para comemoração deste Dia.

É evidente, que o Executivo considera este Dia da Mulher algo muitíssimo importante. É bom lembrar as razões que levaram a que ele seja decretado como Dia Internacional da Mulher, e que tem muito a ver com a questão das mulheres trabalhadoras. Na origem disto, esteve aquela tragédia com as operárias têxteis, em Chicago, e, portanto, é uma homenagem de facto, a todas as mulheres trabalhadoras, porque nós sabemos que a emancipação e a igualdade, o seu campo de ação essencial é a questão do trabalho. Mas, dito isso, deixem-me também relembrar, que também foi o Partido Socialista, que trouxe a esta Assembleia Municipal, anteriormente, a proposta nesta questão, da criação de um plano de promoção da igualdade. E por isso, consideramos que era importante juntar as duas coisas, e o dia 8 de março, vai ser a data inaugural, de uma série de iniciativas que estão incluídas no Plano de Promoção da Igualdade.

Uma das questões do Programa que se destaca é a campanha de sensibilização para a igualdade, com uma serie de conferências, também de exposições com artistas reconhecidas, uma artista muito importante, que é Ana Hatherly que é uma artista maior, portuguesa, que nos deixou recentemente. Era uma exposição que já estava prevista, mas que achamos importante poder incluir justamente nestas celebrações, mas também com exposições de artistas mais jovens, Art Keeps Me Alive, a exposição Dia das Mulheres. Quero acrescentar que haverá também um ciclo de cinema sobre a questão das mulheres, que vai ter início no dia sete de março, e que vai decorrer até ao dia vinte e oito de março, com alguns filmes recentes, o primeiro, o que está para vir, de uma jovem realizadora francesa, muito promissora, Mia Hansen-Love. Não fui eu que escolhi, mas aconselho-vos vivamente, e que acaba no dia vinte e oito de março, com o filme sobre a Paula Rego, outra das nossas artistas maiores, “Mulheres”.



Também vamos ter uma série de conferências, “Os Quotidianos da Desigualdade”, com duas temáticas, que é o papel da mulher na produção do conhecimento científico, e a “Lutas e Quotidianos de Mulheres”, no dia vinte de março e vinte e três de março.

Para além do mais, também temos iniciativas na área do desporto, temos o “Pedalar para a Igualdade”, temos o “Salto para a Igualdade”, temos animação no espaço público, no dia 8 de março, “Ser Igual neste Dia da Mulher”, para registarem as ideias também a esse nível. E temos o lançamento de uma campanha de sensibilização, e isto é totalmente novo, para a causa da igualdade, e sobretudo, demonstrando alguns casos muito concretos com números da desigualdade, do acesso às mulheres, no caso, acesso a cargos de dirigentes. Neste momento o maior número de licenciados é de mulheres. E felizmente conseguimos juntar não só, duas mulheres, muito conhecidas, e reconhecidas aqui no Concelho, mas também duas anónimas.

Por fim, haverá também, obviamente, distribuição de material, e também pelas trabalhadoras da Câmara como é óbvio, sobre o lema, “Vamos Semear a Igualdade”.

O que eu quero dizer com isto, é evidente que as questões da igualdade não podem de modo nenhum cingir-se a uma comemoração interna da Câmara. A igualdade das mulheres é a razão por que este dia foi criado, e é independente da situação atual de um tipo de mulheres, ou de um grupo de mulheres, é um dia para todas as mulheres, e permitam-me que diga, até para todos os homens. Porque estar a falar da igualdade entre homens e mulheres é estar a falar de uma sociedade mais justa para benefício de todos, não é apenas para o benefício das mulheres. Portanto, era só esta questão que eu queria deixar muito claro, e de facto a nossa intenção é de reforçar e avançar, quanto antes, com esta grande campanha, com este grande plano da promoção da igualdade aqui em Almada.

Quero também esclarecer, que em relação ao papel reciclado, também já há alguns serviços da Câmara, e bem, que apenas usam papel reciclado, que já é prática, frente e verso, já é obrigatório, mas pode-se ir mais longe como é evidente.

Quero relativamente à questão do PAN, permitam-me só que vos diga, que, nesta matéria, eu não me atrevo a sugerir aos Grupos Parlamentares aqui representados, mas que enquanto representando o Executivo, vejo com agrado, que este tema seja debatido nesta Assembleia, porque eu acho que é um tema que quase mereceria a liberdade de voto. Também tem muito a ver com a consciência de cada um a forma como as pessoas analisam este aspeto. Portanto, cada Grupo decidirá como entende, obviamente, mas da parte do Executivo, achamos que este é o espaço ideal para se decidir relativamente a esta questão, que é uma questão que nós sabemos melindrosa, porque também tem algumas particularidades legais. De facto a Câmara pode, ou não, autorizar segundo a Lei, mas haver uma diretiva definida pela Câmara, ao contrário do que me tinham dito, não, não houve até agora nenhuma decisão da Câmara Municipal, o circo que esteve, não sei se ainda está, teve obviamente, autorização porque cumpria todos os requisitos,



e que foi aprovado pelos serviços nos termos da Lei, foi aprovado pela Junta de Freguesia, antes mesmo de chegar a nós, e, portanto, não havia sustentação para não autorizar. Havendo uma decisão da Assembleia mais uma vez, do nosso ponto de vista isto até é matéria quase para uma liberdade de voto e cada um votar em consciência como acha que deve.

**6.2.10.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu começo por em certa medida, responder à Senhora Deputada Débora Rodrigues, da bancada do PS. O Arlindo Consolado Marques tem sido um ativista incansável na denúncia do que está a acontecer no Rio Tejo, no que está a acontecer em Vila Velha de Rodão, e daí para cá, em direção a Lisboa. O Arlindo Consolado Marques tem vídeos publicados na Internet, já foi vítima de tentativas de agressão, já foi vítima de toda uma série de perseguições ao trabalho que tem vindo a desenvolver, na defesa do que é a qualidade ambiental, e na defesa contra os ataques poluidores de grandes empresas como a Celtejo, no Rio Tejo e na zona de Vila Velha de Rodão. Eu compreendo perfeitamente o argumento da separação de poderes, mas quando um ativista ambiental é perseguido da forma que o Arlindo Consolado Marques tem sido, e é levantado um processo por alegada difamação no valor de 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil) euros, por uma empresa como a Celtejo, a própria Celtejo já teve assembleias municipais a aprovarem moções contra a sua forma de agir, que argumento temos nós, para não prestar a nossa solidariedade perante um ativista que está a ser perseguido, objetivamente, por uma poderosa empresa, que mais não faz do que poluir de forma ímpune o Rio Tejo que desagua aqui bem ao nosso lado.

Nós temos em relação ao documento número seis apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, muitas dúvidas. Porque o que aqui está apresentado não nos oferece garantias de coisa nenhuma. Temos muitas dúvidas, inclusivamente em relação ao prazo em que vigorariam estes estágios, qual a finalidade, que necessidades tem o Município deste tipo de estágios, e gostaríamos de, entendendo, que se calhar, não seria aqui o melhor local para ficarmos com as dúvidas todas esclarecidas, eu gostaria muito sinceramente, que o Grupo Municipal do PSD, aceitasse de fazer descer este documento à Comissão, e ser discutido lá com um plano concreto, sobre estes estágios que aqui estão a sugerir.

Nós dissemo-lo na Conferência de Representantes, nós associamo-nos entusiasticamente, nós gostaríamos de subscrever a moção apresentada pelo PAN, “Almada não apoia circos com animais””.

**6.2.10.5 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Para dar conta do sentido de voto da CDU, relativamente aos documentos que estão à discussão, falando principalmente daqueles que vamos votar não favoravelmente, ou, que temos propostas de alteração a fazer.



Mas começaria pela nossa moção relativamente ao Dia Da Mulher, e agradecendo aqui a informação que a Senhora Presidente nos deixou, tomamos contacto com ela hoje, a pouco mais de uma semana do Dia Internacional da Mulher, mas, algumas das propostas, muitas das propostas, que aqui vieram, já são do nosso conhecimento, mas não invalida a crítica que aqui fizemos e, portanto, mantemos integralmente o nosso texto.

Relativamente aos outros textos. Relativamente à Hora do Planeta, proposta pelo PSD, nós acompanhamos naturalmente as iniciativas que visem promover a defesa, a luta, contra as alterações climáticas. Achamos, no entanto, que devíamos ir mais longe nesta matéria, dado que além da Hora do Planete, que é simbólica, e é importante obviamente celebrar, era importante que afirmássemos aqui a importância de todos os países do mundo participarem neste esforço de proteção do clima, e de luta contra as alterações climáticas. É uma realidade que infelizmente, ainda está longe de ser alcançada.

Relativamente à outra moção que o PSD, aqui nos propõe relativamente aos estágios, nós acompanhamos esta proposta que o Bloco de Esquerda acabou de fazer relativamente à baixa à Comissão, se o PSD estiver de acordo. No entanto, gostaríamos de deixar desde já, aqui, algumas questões que este texto nos suscita. Em primeiro lugar, sublinhar que a Câmara Municipal de Almada, tem desde há muitos anos, um programa, e um plano de estágios, quer profissionais, quer curriculares, que desenvolve em articulação com as entidades educativas, com Escolas Profissionais, até com Universidades, com os interessados. Portanto, não há falta de estágios na Câmara Municipal de Almada.

Depois, há aqui questões muito concretas que esta proposta do PSD não avança. Designadamente, há enquadramento financeiro, para a realização destes estágios, ou não? Têm os serviços municipais condições para fazerem o concurso destes estagiários, que é proposto nesta moção, ou não? Tem previsto o acompanhamento por parte de técnicos da Câmara Municipal ou dos Serviços municipalizados, onde os estágios forem feitos, de modo a que o estágio possa ser avaliado? Porque se não tiverem, o estágio não valerá de nada, nem servirá os intentos que a própria proposta aqui nos traz. E finalmente, relativamente aos jovens licenciados, a pergunta que nós fazemos, é se um jovem licenciado, que acaba o seu curso na Universidade, estará à procura de um estágio de verão, na Câmara Municipal de Almada, para ganhar experiência profissional, ou estará mais interessado, ou mais à procura, de um posto de trabalho com direitos para poder exercer a sua atividade, de acordo com a formação obtida.

Depois, relativamente à moção apresentada pelo CDS-PP, relativamente à questão do desperdício alimentar. Nós registamos, não é a primeira vez que o CDS-PP apresenta esta proposta, aqui nesta Assembleia. Nós registamos uma evolução relativamente às propostas anteriores, que nós votamos contra. Não acompanhamos a medida estritamente assistencialista, que o CDS aqui nos propõe, mas também não inviabilizamos a proposta que é feita, no sentido de que a Câmara possa estudar um plano neste domínio. E, portanto, iremos abster-nos nesta moção.



Finalmente, a proposta do Partido Socialista, relativamente aos vínculos precários.

Em primeiro lugar, gostaríamos de fazer uma proposta ao Partido Socialista, que aliás, entronca na coerência do próprio texto que aqui nos é presente, no seu primeiro parágrafo, que era a introdução de um ponto dois, na parte deliberativa, de saudação à Assembleia da República. Porque, se começa por relevar a aprovação na Assembleia da República a Lei 112/2017, mas, depois, na parte deliberativa, não é feita qualquer referência à Assembleia da República. Eu tenho aqui uma proposta de texto, que está escrita, posso entregar depois ao Senhor Presidente, que passo a ler: “2 – Saudar a Assembleia da República, e os diferentes Grupos Parlamentares, que elaboraram e fizeram aprovar a Lei 112/2017, de 29 de dezembro, conferindo condições objetivas, à concretização da regularização dos vínculos acima referidos.” O ponto três passaria a ser o atual ponto dois.

Depois, gostaríamos de fazer uma sugestão, também ao Partido Socialista, que era, no ponto três, pudesse incluir igualmente o anterior Executivo Municipal. Porque, como é sabido, este processo teve início antes da publicação da Lei 112/2017, e antes das eleições autárquicas. E houve todo um trabalho desenvolvido pelo anterior Executivo que resultou num levantamento que foi entregue à Direção Geral da Administração Local, que viemos a saber hoje (falaremos disso mais adiante quando discutirmos a proposta que a Câmara aqui nos apresenta), viemos a saber hoje, bate quase integralmente certo, com aquilo que são as necessidades da Câmara. O que significa que, o trabalho de levantamento, que aqui é louvado, e bem, não pomos em causa esse louvor, deve ser extensível também, ao trabalho que foi desenvolvido, também durante o anterior mandato. Portanto, é de justiça que seja feita essa referência”.

**6.2.10.6 - O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Relativamente à moção da CDU, sobre a SOVENA, iremos votar a favor, mas dando nota, que também consideramos muito importante que sejam introduzidas por parte da empresa sistemas de minimização da emissão de odores, nomeadamente, os relativos aos compostos de enxofre nas sementes, e que tem a ver com a respetiva extração de óleo de algumas leguminosas. Acresce ainda, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, que as emissões de odores, podem ser minimizadas, através de sistemas de tratamento de químicos, térmicos e biológicos.

Votaremos também a favor, da moção do Bloco de Esquerda, relativa à solidariedade a manifestar ao ativista Arlindo Consolado Marques, a propósito da poluição do Rio Tejo.

Também votaremos a favor da saudação do Bloco de Esquerda, ao Dia Internacional da Mulher, e da saudação sobre o mesmo tema que a CDU apresenta, acompanhando, no entanto, o pedido do Partido Socialista, de votação do ponto três das deliberações à parte dos restantes.

Sobre a moção da CDU, relativa ao 30º aniversário da Casa da Cerca, votaremos a favor. Mas, referindo à Câmara Municipal, que consideramos importante, que o tal horário de funcionamento seja revisto, bem



como achamos que seria importante, que o lugar estivesse aberto nos dias feriados, de modo a proporcionar a toda a população, um maior usufruto daquele bonito, e importante espaço.

Votaremos favoravelmente, as moções do PAN, sobre os circos com animais, e sobre a utilização de papel reciclado, mas dando nota, que não se deve eliminar totalmente o uso de papel branco normal, já que, determinados trabalhos, podem ser afetados em termos de qualidade pelo uso de papel reciclado, ao requererem uma melhor apresentação. Acresce ainda o facto, que em termos de produção e de impactos ambientais, o papel branco para imprimir e escrever, possuem uma melhor eficiência, do que o papel reciclado. Aliás, a título de exemplo, podemos referir, que a produção de papel reciclado em termos gerais, consome mais energia e água do que o papel branco.

Finalmente, votaremos a favor da moção apresentada pelo CDS sobre o combate ao desperdício alimentar, e da saudação apresentada pelo PS relativa à regularização dos trabalhadores do Município com vínculos precários.

Relativamente, à baixa à Comissão da recomendação sobre os estágios de verão, não vemos qualquer inconveniente. Naturalmente, que sobre as dúvidas que a CDU aqui levantou, sobre a nossa proposta dos estágios de verão, naturalmente, competirá depois à Câmara, definir os termos em que estes estágios serão disponibilizados aos estudantes”.

**6.2.10.7 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Também para tecer algumas considerações, relativamente ao ponto de vista, e à posição de voto, do CDS-PP.

Começava pelas moções apresentadas pelo PS. Ao contrário do que aqui foi dito, o CDS-PP, saúda a criação dos estágios de verão para os jovens estudantes licenciados. Entendemos, sim, que se trata de uma medida, que poderá levar, incentivar, a um primeiro contato da juventude com as instituições, com o mercado de trabalho, e também com toda esta parte de logística e burocrática, e fazendo a ponte com as Universidades, com as restantes empresas. Aliás, todos ouvimos as Associações de Estudantes, com certeza que esta moção será muito bem-vinda, junto das mesmas.

Depois, dar indicação do voto favorável à moção “A Hora do Planeta”, apresentada pelo PSD, relativa às questões ambientais.

Ainda nas questões ambientais, passando para a moção do Bloco de Esquerda, de solidariedade com o ativista Arlindo Consolado Marques, quero dizer ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que, neste caso, convenceu mais que os argumentos apresentados aqui pelo PS, embora, compreendendo perfeitamente, aquela que será a necessidade de separação de poderes nesta matéria. Mas, penso, que todos nós estamos consciencializados para a situação, penso que esta Assembleia poderá dar um sinal





forte relativamente aquilo que se está a passar e que toca a todos nós, que é a questão da poluição do Tejo.

A Moção sobre o Dia Internacional da Mulher, do Bloco de Esquerda, o CDS-PP irá votar favoravelmente. Relativamente à moção da CDU que tem a ver também com questões ambientais, nesta mesma moção, logo no início do corpo da moção, a CDU faz referência ao voto de abstenção do Deputado Municipal do CDS-PP, relativamente à última moção apresentada. É verdade, na altura, o CDS-PP absteve-se, tendo em conta que gostaria, e tentou várias vezes, entrar em contacto com a empresa SOVENA para ouvir o outro lado da questão. O que é certo é que o CDS-PP, por duas ou três vezes, tentou esse contato, e não obteve resposta. Como é evidente, esperemos que desta vez a Assembleia Municipal tenha mais abertura por parte da SOVENA, e que tenhamos todos mais sorte. Iremos votar então, favoravelmente, esta mesma moção, compreendendo perfeitamente, o que está aqui em causa, e os problemas causados aos moradores da zona.

O Dia Internacional da Mulher, da CDU, o CDS-PP irá votar também favoravelmente, com exceção, e tem sido ao longo destes últimos mandatos, um apanágio do CDS-PP, relativamente aquilo que tem sido os gastos e os custos, por parte do anterior Executivo, relativamente estas matérias. Não colocando em causa, como é evidente, a efeméride, mas, entendemos que os gastos são excessivos, e queremos desde já saudar o novo Executivo pela alternativa que vai dar efetivamente a esses mesmos gastos, foi aquilo que, também o CDS-PP tem preconizado ao longo destes últimos anos.

Saudar também a moção apresentada pela CDU relativamente ao 30º aniversário da aquisição da Casa da Cerca, e aqui apenas uma ressalva. Com certeza estamos a falar de questões de património, património histórico, estamos a falar de cultura, era fundamental que ao longos destes anos todos, com o Executivo da CDU, outro património também tivesse tido esta mesma oportunidade de ser requalificado e de ser posto ao serviço da população e de quem nos visita.

Também já aqui foi referida a questão dos horários, a questão das acessibilidades, e a questão de toda aquela envolvência, por vezes o espaço em volta não era bem cuidado, e, portanto, também realçar essa mesma situação, tal como o horário, estender um pouco o horário para além da hora, dita a hora normal, de funcionamento de trabalho, que é possível.

Relativamente às propostas apresentadas pelo PAN. Mais uma vez, sensibilizar aqui a questão do ambiente, irá votar favoravelmente a moção relativa à utilização do papel reciclado, por parte dos serviços e por parte de toda a Assembleia Municipal.

Apenas para terminar, dar indicação que esta Lei referente aos circos está em discussão na Assembleia da República, é uma situação sensível por parte de todos os Grupos Parlamentares e municipais, a que o CDS-PP não é exceção, e, portanto, vamos aguardar então que a Lei fique resolvida e depois teremos uma posição mais contundente. Neste caso iremos nos abster.



**6.2.10.8** - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Complementar a intervenção que o Partido Socialista fez, e apenas respondendo ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, fazer uma pequena referência aquela que foi a moção que se apresentou relativamente ao verdadeiro crime ambiental que acontece hoje no Tejo.

Não está aqui em causa sequer o texto da moção, os vídeos que foram feitos, as tentativas de agressão que o Senhor Deputado relata. Não é isso que está em causa, nem sequer, aquilo que tem sido o papel que este ativista tem desenvolvido na defesa do meio ambiente, e para o qual, também tenho que lhe dizer em abono da verdade, o Partido Socialista, acompanha, censura aquela que tem sido a atuação da Celtejo neste processo. Agora, aquilo que nós não podemos acompanhar, de uma forma séria, é um voto de solidariedade, apenas porque contra ele foi intentado um processo judicial. Faz parte do estado de direito qualquer pessoa possa fazer as queixas que entende, do ponto de vista judicial, e ao ativista em causa, poder também judicialmente defender-se. Se quiser, podemos, e eu serei a primeira pessoa a contribuir, para a causa de defesa pessoal deste ativista, se ele não tiver condições financeiras, para que possa fazer a sua defesa. Agora, se há coisas que nós entendemos que não deve ser posta em causa, é a forma como qualquer entidade, seja ela pública ou privada, tem também o direito junto de uma instituição judicial, intentar as ações que entende necessárias. É só apenas por isso que o Partido Socialista se absterá, não tem nada a ver com o crime ambiental que hoje acontece no Tejo, não tem nada a ver com a atuação da Celtejo, porque se fosse sobre isso que esta moção versasse, pode ter a certeza que teria o nosso voto favorável.

Quanto à questão dos vínculos precários. Compreendendo aquela que foi a intervenção feita pela bancada da CDU, também nos cabe a nós dizer, que não faremos nenhuma alteração ao texto. O texto está redigido por forma a que se possa reconhecer a importância da regularização dos vínculos precários que foi feito em Almada, necessariamente, e toda a gente sabe, existe uma Lei que foi aprovada na Assembleia da República, mas a bancada da CDU tem, como é óbvio, a liberdade para apresentar os textos que entende, saudação a quem entende por bem fazê-lo. O Partido Socialista, neste caso, entende saudar o atual Executivo pela imediata e eficaz resolução deste problema. Porque não nos prendemos apenas por aquilo que era uma obrigação legal através da orientação Assembleia da República. Aquilo que este Executivo fez foi passado poucos meses de ter tomado posse, ter dado uma solução rápida, imediata e eficaz, a estas questões. E, portanto, mantemos aquilo que é o texto original, reconhecendo a importância que o atual Executivo teve na regularização destas situações.

Se o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista Os Verdes entenderem por bem apresentar uma moção que vá ao encontro daquilo que é a saudação à Assembleia da República e às políticas seguidas



por este Governo pensaremos, mas, necessariamente, também temos todo o gosto em votar favoravelmente essa moção.

Sobre outras duas moções para as quais o Partido Socialista não tinha ainda referido qual seria a sua posição, no que diz respeito à Hora do Planeta, a moção apresentada pelo Grupo do Partido Social Democrata, saudamos esta iniciativa, o Senhor Presidente já o referiu, e bem, quanto à questão da água, que nós a partir de hoje utilizamos nesta Assembleia Municipal, água da torneira e não água engarrafada, estas são iniciativas que o Partido Socialista acompanha que necessariamente a adesão do Município de Almada à Hora do Planeta, no ano 2018 é algo que vemos com muito bons olhos e por isso congratulamos também o Grupo de Eleitos do Partido Social Democrata por esta proposta, sendo que votaremos necessariamente a favor.

Quanto à recomendação do PAN a propósito do circo com animais. Sendo também que a posição que o Partido Socialista defende na Assembleia da República é de que essa limitação deve ser referente aos animais selvagens que estão presentes nos circos, o que é facto é que esta moção o que recomenda é que a Câmara Municipal não preste apoio institucional a estes mesmos circos, e, portanto, julgamos que este é o caminho que os Municípios devem seguir, e, portanto, votaremos favoravelmente, a que o Município de Almada, não preste apoio a este tipo de companhias.

E votaremos também, já o tínhamos dito, favoravelmente a moção dos estágios de verão, sendo que é algo que também já se encontrava nas Grandes Opções do Plano para 2018, salientando, aliás, dando a devida nota, de que a bancada da CDU entende que seria importante que a estes estágios, ou que os jovens que concorrem a estes estágios, veriam com muito melhor olhos, o facto de poderem ter um posto de trabalho duradouro, e permanente, nós concordamos, como é obvio, apesar de tudo reconhecemos a importância que os estágios de verão, e os estágios também têm na aproximação à vida ativa, dos jovens portugueses e em particular dos jovens do Município de Almada. Lamentamos que durante a realização, por exemplo, do Festival Sol da Caparica, parte da mão de obra a que se tem recorrido tenha sido mão de obra voluntária, porque, de facto, a mão de obra voluntária também não corresponde aquilo que são relações de trabalho estáveis e com contratos duradouros, que nós entendemos que deve ser a prática dos Municípios e das entidades públicas. É por isso, também, e voltando à questão da regularização de precários, que o Executivo do Partido Socialista e que o Partido Socialista apoia, não só na Assembleia da República, mas também aqui no Município de Almada, que essa regularização de precários corresponda a vínculos efetivos de trabalho, seja feito o mais rapidamente possível, de forma célere e eficaz”.

**6.2.10.9** – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhor Deputado Ivan Gonçalves, foi a Sofia de Mello Breyner que escreveu, e o Francisco Fanhais que cantou: “Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”. E o que é certo, é que nesta matéria e no que



JK

toca à solidariedade com o ativista, defensor do ambiente, Arlindo Consolado Marques, o PS nesta Assembleia, foi ultrapassado pela Esquerda, pelo PSD e pelo CDS”.

**6.2.10.11** - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhor Deputado Carlos Guedes, apenas para responder e registando, não querendo entrar num debate de boca. O Partido Socialista não tem que fazer prova de vida se é ultrapassado ou não é ultrapassado à esquerda e pelas restantes forças políticas. Rege-se por aquilo que são as suas convicções, por aquilo em que acredita. Acredita, neste caso, na separação de poderes, na defesa do estado democrático, independentemente de acharmos que podemos ser ultrapassados, pela esquerda, por cima, por baixo, não é isso que nos move. O que nos move, é a defesa dos princípios que entendemos princípios da Constituição Portuguesa e da defesa do estado de direito”.

**6.2.11** - Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

**6.2.11.1** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Precisava apenas de um esclarecimento. Se a moção relativamente ao circo se refere a todos os animais ou é exclusivamente aos animais selvagens? Ou seja, se vão votar esta moção para não haver qualquer apoio nem sequer para cavalos, cães, gatos, ou outros, ou se estamos apenas a votar uma moção para não haver qualquer tipo de apoio a circos com animais selvagens. Isto do ponto de vista da Câmara faz a diferença haver este esclarecimento”.

**6.2.11.2** - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A proposta do PAN, é para todos os animais, partindo do princípio que todos os animais são sencientes, todos os animais são sensíveis, não nos faz sentido estar a discriminar animais selvagens de outros animais. Portanto a proposta é para todos os animais.

**6.3** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

**6.3.1** – Moção/Deliberação sobre a Defesa das Condições Ambientais relativas ao funcionamento da fábrica de óleos da Sovena em Palença de Baixo/Pragal foi aprovada por unanimidade;

**6.3.2** - Moção em Defesa do Ativista Arlindo Consolado Marques foi aprovada por maioria com 25 votos favoráveis dos eleitos da CDU, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos pela CDU ou seus representantes e 13 abstenções dos eleitos do PS, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos pelo PS;



**6.3.3** – Saudação ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher foi aprovada por unanimidade;

**6.3.4** - Moção a Hora do Planeta 2018 foi aprovada por unanimidade;

**6.3.5** - Moção pela Criação de um Programa Municipal de Estágios de Verão para Estudantes e Licenciados, retirada para baixa à Comissão Permanente respetiva, por indicação do proponente;

**6.3.6** – Moção/Saudação ao Dia Internacional da Mulher foi votada ponto por ponto, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por unanimidade e o ponto 3 sido rejeitado com 19 votos contra dos eleitos do PS, do PSD e do CDS-PP, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos pelo PS, 15 votos favoráveis dos eleitos da CDU e do PAN, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos pela CDU ou seus representantes e 4 abstenções dos eleitos do BE;

**6.3.7** - Moção/Deliberação no 30º aniversário da aquisição da Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea foi aprovada por unanimidade;

**6.3.8** – Recomendação pela Utilização de Papel Reciclado foi aprovada por unanimidade;

**6.3.9** – Recomendação Almada não apoia Circos com Animais foi aprovada por maioria com 37 votos favoráveis dos eleitos do PS, da CDU, do PSD, do BE e do PAN, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos pelo PS e pela CDU ou seus representantes, e 1 abstenções do eleito do CDS-PP;

**6.3.10** - Moção Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar foi aprovada por maioria com 24 votos favoráveis dos eleitos do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, e 14 abstenções dos eleitos da CDU, incluindo os Srs. Presidentes de Junta eleitos da CDU ou seus representantes;

**6.3.11** - Moção Saudação pela Regularização dos vínculos Precários foi aprovada por unanimidade.

**7** – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia

**7.1**- Entrou-se no ponto 3.1 da agenda - Apreciação e votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

**7.1.1**- Foi feita a apresentação do documento pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

**7.1.1.1** – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados Municipais;

A proposta de Revisão do Regimento, foi trabalhada pelo Grupo criado para o efeito, acolheram-se todas as sugestões que foram sendo realizadas, é um trabalho coletivo da Assembleia, e pergunto aos Senhores Deputados Municipais, se desejam intervir sobre este ponto”.

**7.1.2**- Usou da palavra Senhor Deputado Municipal António Pedro Paco (CDS-PP).

**7.1.2.1** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):



“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Apenas para cumprimentar o Grupo de Trabalho, na figura do Senhor Presidente, relativamente, não só ao normal funcionamento dos trabalhos, como também à rapidez, com que esse mesmo trabalho foi executado, dando os parabéns a todos os Grupos Municipais presentes, inclusivamente, com certeza, ao PS, que trouxe bastantes contributos, relativamente a um aperfeiçoamento, mais eficaz na observação e na implementação do próprio Regimento. Portanto, cumprimentar e desejar a todos um bom trabalho e um bom mandato”.

**7.1.2.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhores Deputados Municipais;

Antes da votação, eu desejava também associar-me a esta abordagem do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP. Penso que o Grupo de Trabalho, funcionou de forma exemplar, e gostava de sinalizar dois contributos mais significativos, isto sem desprimor de todos os outros. O contributo do Senhor Deputado Municipal Vitor Castanheira, e o contributo do Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia. Deram contributos muito importantes, para chegarmos a esta proposta”.

**7.1.3-** Não havendo mais pedidos de palavra e após a verificação do quórum, passou-se à votação da Proposta.

**7.1.4-** A Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

**A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 26º, nº 1, alínea a), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia, aprovando assim o novo Regimento da Assembleia Municipal de Almada que entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação.**

**7.1.5 –** Usou da palavra o Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para uma Declaração de Voto:

**7.1.5.1 –** O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Os Deputados Municipais do Grupo Municipal da CDU votaram favoravelmente a Proposta de texto final do Regimento revisto da Assembleia Municipal por considerarem que corresponde às necessidades de funcionamento do órgão autárquico deliberativo municipal, ao cumprimento das suas atribuições e competências, assim como se apresenta como documento de continuidade.

A CDU manifesta também apreço pelo construtivo ambiente criado na Comissão Eventual de Revisão do Regimento, de amplo entendimento e consensualidade, registando que as alterações introduzidas como até as propostas de alteração não aceites tiveram a unanimidade dos membros da Comissão.



A CDU considera que o Regimento é um importante documento ao acolher e determinar as regras relativas à organização da Assembleia Municipal, ao seu funcionamento e às formas de processo para o exercício das competências constitucionais e legais.

Acontece por vezes e não raras vezes, que o Regimento não é devidamente considerado na sua verdadeira e até insubstituível importância.

A importância do Regimento resulta, desde logo, da lei impor, que enquanto não for aprovado o novo Regimento continuará em vigor o anteriormente aprovado – ou seja a Assembleia não deve, não pode funcionar sem um Regimento.

O Regimento é por natureza um regulamento interno, mas com impacto direto e indireto nos Municípios e na qualidade da democracia.

Este importante documento tem propósitos fundamentais, desde logo a eficácia do exercício do mandato e as condições para a fiscalização dos atos do Executivo e dos Serviços Municipais, mas também pode e deve ser, proporcionador e até incentivador da participação cívica, da sempre e cada vez mais necessária e útil ligação entre os eleitos e as populações, entre eleitos e eleitores, entre o autarca eleito e o autarca cidadão munícipe.

A intervenção da CDU no presente processo de revisão do Regimento, como nos anteriores processos de revisão, pautou-se pelo estrito cumprimento dos princípios e determinações constitucionais e legais aplicáveis, designadamente o Título VIII da Constituição da República, as Leis do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Lei da Tutela Administrativa, a Lei do Estatuto dos Eleitos Locais, a Lei do Código do Procedimento Administrativo.

Foram várias as propostas de alteração consideradas pela Comissão:

Na sua maioria as propostas de alteração tenderam a uma renumeração do articulado, mas também em certas situações a juntar num artigo o que no Regimento anterior se encontrava em dois ou mais artigos, ou ainda a dispersar em dois ou mais artigos o que antes estava contido num único artigo.

As propostas com alguma alteração de relevo estão refletidas em 13 artigos da centena de artigos do Regimento.

As alterações aprovadas com significado, embora algumas apenas de emenda pontual, foram as seguintes:

1. De alteração no Art.º 2º, referenciando as fontes normativas e de funcionamento;
2. De alteração no Art.º 13º, nºs 2 a 5, de explicitação das intervenções legalmente admitidas dos Eleitos em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público do Município;
3. De alteração no Art.º 23º, nºs 6 e 7, de estabelecimento do procedimento de eleição da Mesa em caso de destituição;



4. De alteração no Art.º 37º, nºs 4 e 5, de referência dos prazos determinados pela Lei de Finanças Locais de apresentação das propostas de Opções do Plano e o Orçamento do Município, em conformidade com a data de realização de eleições autárquicas;
5. De alteração no Art.º 39º, em consagração regimental da sessão solene comemorativa do aniversário do 25 de Abril de 1974;
6. De alteração no Art.º 42º, nº 8, de modificação do prazo de entrega dos documentos para apreciação no PAOD, para a antevéspera da realização da reunião;
7. De alteração no Art.º 50º, nº 2, atribuindo poderes ao Presidente da Mesa de determinar que um requerimento oral seja formulado por escrito;
8. De alteração no Art.º 53º, nºs 2 e 3, estabelecendo a forma como são dadas as explicações consideradas ofensivas na presença de reações contra ofensas à honra e consideração;
9. De alteração no Art.º 55º, nº 4, estabelecendo o prazo de 72 horas para a entrega na Mesa de declarações de voto escritas para integrarem a respetiva ata;
10. De alteração no Art.º 68º, nº 2, registando o princípio de não exercício de voto a objetores de consciência e nos casos de impedimento legal e de escusa;
11. De alteração no Art.º 71º, nº 2, determinando à Mesa no caso de votações de braço no ar o apuramento e explicitação dos votos individualmente expressos em sentido distinto do respetivo Grupo e sua influência no resultado;
12. De alteração no Art.º 79º, nº 3, possibilitando que cada Deputado Municipal possa ser membro efetivo de até três Comissões;
13. De alteração no Art.º 92º, nº 1, consagrando que todos os Partidos independentemente do número de representantes podem apresentar candidaturas para titulares de cargos exteriores.

Registo também pela condição determinante no voto favorável da CDU, a unanimidade gerada de não aceitação de Propostas de Alteração apresentadas pelo PS e CDS-PP que acabaram por ser retiradas pelos respetivos proponentes e que foram as seguintes:

- A proposta que impedia a intervenção dos munícipes nas sessões extraordinárias e nas segundas e seguintes reuniões das sessões ordinárias, pelo que se manteve os direitos previstos no anterior Regimento. (cf. Art.º 40º, nºs 1 e 2);
- A proposta que eliminava o período de antes da ordem do dia nas sessões extraordinárias, pelo que se manteve o estipulado no anterior Regimento. (cf. Art.º 40º e 42º, nº 1);
- A proposta que no âmbito dos serviços de apoio e acessória à Assembleia colocava na vontade da Câmara Municipal a sua definição, ao mesmo tempo que alargava o recrutamento a trabalhadores além de trabalhadores dos serviços municipais, bastando para tanto o vínculo à função pública, tendo consideração de que contrariava o art.º 31, da Lei nº 75/2013. (cf. Art.º 30º, nº 4 e Art.º 94º, nº 1);





- As propostas de atribuição de apoios próprios de secretariado aos Grupos Municipais e Únicos Representantes de Partido sem representação na vereação e por despacho da Câmara Municipal que também foram consideradas não contempladas no art.º 31, da Lei nº 75/2013;
- A proposta de que um só eleito desde que Único Representante de Partido passava a constituir-se como Grupo Municipal. (cf. Art.º 18º, nº 4 e Art.º 19º).

Em conclusão a CDU considera que o resultado final é positivo.

A CDU declara que a Assembleia Municipal de Almada continua a ter um bom Regimento proporcionador de um bom e regular funcionamento da Assembleia.

Foi neste quadro o voto favorável à Proposta de Revisão do Regimento para o mandato 2017 a 2021.”

**7.2-** Passou-se de seguida ao ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos – Apreciação e votação da Proposta de Constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal para o mandato de 2017-2021

**7.2.1-** Foi feita a apresentação do documento pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

**7.2.1.1 –** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados Municipais;

A proposta foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais, penso que não há duvidas sobre a matéria, está à vossa apreciação.

**7.2.2-** Não havendo pedidos de palavra e após a verificação do quórum, passou-se à votação da Proposta.

**7.2.3-** A Proposta de Constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal para o mandato de 2017-2021 foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

**A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 26º, nº 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 80º e seguintes aplicáveis do Título VI do Regimento da Assembleia, delibera constituir as seguintes Comissões Especializadas Permanentes e definir-lhes o objeto e a composição:**

**1. Administração e Finanças**

**Âmbito de ação:** Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos, Património, Recursos Humanos, Descentralização de Competências;

**Composição:** 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 CDS-PP

**Presidente da Comissão – Indicado pelo PS**

**Secretário da Comissão – Indicado pelo PSD**

**2. Educação, Cultura, Juventude e Desporto**

**Âmbito de ação:** Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Movimento Associativo



**Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE**

**Presidente da Comissão – Indicado pela CDU**

**Secretário da Comissão – Indicado pelo PS**

**3. Ambiente e Qualidade de Vida**

**Âmbito de ação: Ambiente, Espaços Verdes, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico, Direitos dos animais;**

**Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN**

**Presidente da Comissão – Indicado pelo PS**

**Secretário da Comissão – Indicado pelo PAN**

**4. Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico**

**Âmbito de ação: Urbanismo, Espaço Público, Acompanhamento do PDM, Turismo, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Económico;**

**Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE**

**Presidente da Comissão – Indicado pelo PSD**

**Secretário da Comissão – Indicado pelo BE**

**5. Cidadania, Habitação e Ação Social**

**Âmbito de ação: Questões Sociais, Saúde, Serviços Públicos, Habitação Social, Orçamento Participativo, Modernização Administrativa, Coesão Social, Igualdade de Género;**

**Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP**

**Presidente da Comissão – Indicado pela CDU**

**Secretário da Comissão – Indicado pelo CDS-PP**

**6. Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade**

**Âmbito de ação: Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade**

**Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP**

**Presidente da Comissão – Indicado pelo BE**

**Secretário da Comissão – Indicado pela CDU**

**8 – Usaram ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, O Senhor Deputado João Geraldes (CDU) e a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS)**

**8.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhores Deputados Municipais:

Na nossa agenda ainda temos dois pontos para tratar, e eu gostava de consultar os Senhores Deputados Municipais, se há vontade de continuarmos para acabar hoje, ou se interrompemos aqui, e recomeçamos amanhã. Para continuarmos hoje até ao final, tem que haver obviamente concordância de todos os Grupos Municipais”.



**8.2 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais:

Da parte da CDU, seria bom que pudéssemos terminar hoje a Ordem de Trabalhos, portanto, votaremos a favor de uma solução que aponte nesse sentido”.

**8.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Nós pensamos que relativamente a esta questão, e visto que há dois pontos da Ordem de Trabalhos, seria mais benéfico para toda a Assembleia, e até mesmo para o público que aqui está hoje, e que cá estará amanhã, que o debate de cada um dos pontos, pudesse ser visto de forma completa num só dia, pensamos que é mais benéfico para o debate, e que é muito mais proveitoso, obviamente, para todos os esclarecimentos que se podem dar, num momento, não fazer a separação de pontos. E, portanto, entendemos que, caso a Assembleia esteja de acordo, e o Senhor Presidente também, possa pôr essa hipótese assim como colocou, se possa terminar hoje a Sessão, e amanhã recomeçar, temos mais dois pontos na Ordem de trabalhos, e teremos tempo suficiente para os debater, dadas as grelhas que foram aprovadas em Conferência de Representantes”.

**9 – Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.**

**9.1 – Usou da Palavra o Senhor Presidente**

**9.1.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

“Senhores Deputados Municipais:

Antes de terminar formalmente a Sessão, quero renovar ao meu pedido de desculpa ao Senhor Deputado Municipal José Manuel Maia, pelo lapso que tive, e quero saudar e agradecer aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas pela cedência do Pavilhão para podermos realizar a nossa Sessão.

**10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal e Joana Mortágua.**

**11 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 59 Srs. Múncipes.**

**12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.**



**MUNICIPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

*J. Z -*

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

*Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*Ana Paula Silva*